AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 03 | MARÇO 2016 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

TAXAS DE JUROS NEGATIVAS?
ENTENDA COMO É POSSÍVEL

SMART FARMING A TECNOLOGIA VEIO PARA FICAR

LEITE AS PERSPECTIVAS SÃO PÉSSIMAS PARA O PRODUTOR

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Fernanda Carvalho Macedo
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

JUROS NEGATIVOS

NESTE MÊS, a ***Agroanalysis*** destaca a questão dos juros negativos pelo mundo. O sonho de qualquer produtor rural seria ter juros negativos, não é mesmo? Bancos centrais estão fazendo isso em vários países do mundo, para forçar crédito e consumo, tentando destravar as economias. Se os juros são negativos, seria, em tese, melhor gastar do que poupar. Mas, se a desconfiança é muito forte, nem este instrumento consegue funcionar.

Realmente vivemos tempos novos. Por falar nisso, com o enorme desemprego e a recessão, a inflação teima em cair devagar por aqui. Os preços administrados e a indexação são os responsáveis.

No mundo do agro, chama a atenção como os produtores rurais realizam as operações agrícolas, em tempo real, a distância, longe da propriedade agrícola. Isso pode ser realizado utilizando *smartphones*, *tablets*, computadores. Estas operações gerenciadas a distância são exemplos de aplicações de uma área denominada *smart farming* (fazenda inteligente) ou *smart agriculture* (agricultura inteligente), que ganhou destaque na última década. Entre os benefícios da tecnologia, podemos citar o aumento da precisão nas tomadas de decisão e a otimização dos processos agrícolas, com consequente redução dos custos.

Na pecuária leiteira, assim como 2015, 2016 deverá ser um ano de ajuste na oferta, com a quebra do círculo virtuoso de crescimento até então vigente – entre 2004 e 2014, a produção cresceu 5,5% ao ano. Há uma piora nos preços relativos entre leite e insumos, a demanda interna está fraca, e os preços internacionais estão em queda. Estas são algumas das variáveis econômicas em questão. O momento é de fazer escolhas e aprimorar a gestão, até porque as sinalizações de mercado, sejam domésticas ou internacionais, não são favoráveis. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre janeiro e setembro de 2015 a produção de leite recuou 2,5%.

No suco de laranja, os estoques começaram a se reequilibrar depois de anos em patamares altos, por conta de grandes safras e queda na demanda. Esta notícia traz alívio para o setor. Em janeiro, foi registrado o pior rendimento industrial já calculado. Como a safra está atrasada e ainda há laranja para ser processada, é possível que o número final seja ainda pior.

Nos grãos, o avanço da colheita de soja e os embarques de milho para exportação pressionam o preço do frete, que deve aumentar aproximadamente 30% entre janeiro e abril no Mato Grosso. Apesar dos bons preços do milho e da soja em grão, a pressão do frete pesa sobre as cadeias de produção e subtrai a renda do produtor.

O artigo da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) oferece uma visão clara dos benefícios trazidos pela Lei Kandir, de quase vinte anos atrás, que garantiu a isenção do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) nas exportações de grãos. De lá para cá, o Brasil chegou ao segundo lugar no *ranking* mundial de participação no mercado da soja em grãos, depois dos Estados Unidos. A manutenção da lei, com o aprimoramento das regras vigentes, pode levar o Brasil à liderança

do *ranking* das exportações. Por outro lado, qualquer tentativa de taxar as exportações significa quebrar um projeto de sucesso de que o País necessita.

Com relação ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), instituído em 2005, nos últimos anos várias medidas foram adotadas para ampliar o uso do biocombustível. Para 2016, a previsão é de aumento da demanda. A indústria nacional de biodiesel fechou 2015 com cerca de 4 bilhões de litros para atender a mistura obrigatória de 7%, mas tem capacidade para produzir mais de 7 bilhões. Portanto, o segmento tem condições de atender as novas medidas já em curso e as previstas para este ano.

Na entrevista do mês, o convidado é o deputado federal Arnaldo Jardim, responsável pela atual gestão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A indústria de cana-de-açúcar é um dos temas principais da conversa, tendo em vista a sua importância na economia paulista. O congelamento de preços praticado pelo governo federal prejudicou sobremaneira esta atividade, com repercussão econômica em todo o estado. Cercada de muitos desafios, a Secretaria assume a responsabilidade de promover o Programa de Regularização Ambiental (PRA) dos pequenos imóveis rurais, que representam 85% das propriedades do estado.

Para fechar a leitura, o Caderno Especial da Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM), em sua sétima edição na ***Agroanalysis***, mostra a sua contribuição para o avanço tecnológico e de gestão da bovinocultura brasileira. Uma nova Diretoria Executiva assume a administração para o biênio 2016-2017, dando continuidade às realizações promovidas em tempos recentes. As posições firmes da entidade têm contribuído para aumentar o seu quadro de associados e conquistar respeito entre as suas coirmãs do agronegócio. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
ARNALDO JARDIM
PESQUISA E INOVAÇÃO: MARCAS DO AGRONEGÓCIO PAULISTA

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
TAXAS DE JUROS NEGATIVAS E OS LIMITES DA POLÍTICA MONETÁRIA

14 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA TAXA DE JUROS NOMINAIS NEGATIVAS
COMO? POR QUÊ?

21 LARANJA
EQUILÍBRIO PARA OS ESTOQUES DE SUCO

22 CAPA LEITE
PIORA NA RELAÇÃO DE TROCA SEGUE DEPRIMINDO A OFERTA

24 MERCADO INTERNACIONAL
O FIM DOS SUBSÍDIOS À EXPORTAÇÃO

26 SAFRA 2015/16
AS PRESSÕES SOBRE O FRETE DEVIDO AO AVANÇO DA COLHEITA

28 POLÍTICA AGRÍCOLA

28 BIODIESEL
NOVA LEGISLAÇÃO CONTRIBUIRÁ PARA MAIOR DEMANDA

31 GESTÃO

31 CAPA *SMART FARMING*
PODE TRAZER GANHOS AO AGRONEGÓCIO?

34 CONTEÚDO ESPECIAL

34 ESPECIAL ASBRAM
OLHAR A PECUÁRIA DO FUTURO

40 ESPECIAL ANEC
EXPORTAÇÃO DE GRÃOS NO BRASIL

45 ESPECIAL ANDEF
ALIMENTOS E COMUNICAÇÃO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
BOA INICIATIVA DA ANVISA

47 PRODUZIR
UM NOVO DESAFIO PARA A ATIVIDADE RURAL

48 OPINIÃO
REGULARIZAR PARA PRESERVAR

49 REFLEXÃO
AGRONEGÓCIO: GERENCIAR RISCOS, NÃO INCERTEZAS

50 ESTATÍSTICA

PESQUISA E INOVAÇÃO: MARCAS DO AGRONEGÓCIO PAULISTA

ARNALDO JARDIM
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

POR PAULO ROQUE



Manter São Paulo como centro da produção do conhecimento do setor agropecuário no País é uma das metas da atual administração. Para isso, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) estabeleceu quatro diretrizes: ênfase à sustentabilidade – trabalhar harmonicamente produção e meio ambiente –, apoio ao pequeno produtor, levar conhecimento tecnológico ao agropecuarista e trabalhar pela busca da qualidade, da segurança e da saudabilidade dos alimentos. O incentivo ao desenvolvimento está presente em todas as cadeias do agronegócio, principalmente o empenho na recuperação e no fortalecimento do setor sucroenergético.

AGROANALYSIS: CITE AS PRIORIDADES DA PASTA NO CURTO PRAZO.

ARNALDO JARDIM: Trabalhamos com quatro diretrizes, combinadas com o governador Geraldo Alckmin:

- No campo da sustentabilidade, com prioridade ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)/Programa de Regularização Ambiental (PRA), ao Programa Nascentes e ao Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) paulista;

- Apoio ao pequeno e ao médio produtores, principalmente com o trabalho da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), mediante a implantação do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II;

- Articulação com a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) em parcerias com o setor privado. As Câmaras Setoriais, em plena atividade, ajudam na definição dessas prioridades de pesquisa e inovação;

- A qualidade, a segurança e a saudabilidade dos alimentos: uma visão da indústria alimentar, com dados técnicos e científicos, em contraposição aos mitos e aos preconceitos sobre os alimentos processados, inclusive no monitoramento de resíduos.

COMO CAMINHA A ADESÃO AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)?

AJ: Até meados de fevereiro, 222 mil imóveis (65% do total) estavam inscritos no Sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado de São Paulo (Siscar-SP), o correspondente a 12,7 milhões de hectares (62% da área total).

O CAR é um instrumento básico e essencial para o processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Assegura condições para a aplicação do novo Código Florestal, legislação que, em São Paulo, desdobrou-se no PRA aprovado pela Assembleia Legislativa.

COMO ESTÁ A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA) NO ESTADO DE SÃO PAULO?

AJ: Com o PRA, a SAA assumiu a responsabilidade atribuída de promover a regularização dos pequenos imóveis, que representam 85% das propriedades do estado. Para os imóveis rurais menores de 4 módulos, todo o procedimento está definido, com um plano de implantação de um sistema eletrônico para tornar o processo ágil.

É importante enfatizar que os parâmetros para regularização, seja no que diz respeito a recomposições de Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL) ou áreas de uso restrito, foram definidos no novo Código Florestal. A instituição do PRA define os procedimentos para a regularização das propriedades e das posses rurais.

A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL ESTÁ ALINHADA COM A PAULISTA, E VICE-VERSA?

AJ: Recentemente, o governo federal anunciou a redução das tarifas de energia, mas a atual crise do setor elétrico é mais profunda. Sem ignorar as adversidades climáticas, o fato é que Dilma Rousseff, quando ministra de Minas e Energia, durante o primeiro governo Lula, para baratear a energia elétrica, desonerou as concessões de geração de

“COM O PRA, A SAA ASSUMIU A RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DOS PEQUENOS IMÓVEIS, QUE REPRESENTAM 85% DAS PROPRIEDADES DO ESTADO.”

energia hidrelétrica em mais de R$ 100 bilhões. Isso desestruturou o setor.

Nesse período, a participação das termelétricas foi responsável pelo suprimento de 18 mil MW, enquanto as energias renováveis corresponderam a apenas 5 mil MW. Em 2012, o governo de São Paulo lançou o Plano Paulista de Energia. A matriz energética do estado possui 55% de energias limpas. A energia da biomassa, como a obtida pela queima do bagaço de cana-de-açúcar, possui um potencial para alcançar 22 mil MW médios até 2020. Isso representa 18% do total da energia consumida no País, o mesmo patamar representado pela participação das termelétricas.

Algumas incertezas regulatórias precisam ser dissipadas, no tocante às regras de conexão, compartilhamento de custos e redefinição de critérios de despachos das diferentes fontes de energia. É incrível como o governo federal tarda em definir e implementar estas condicionantes e as discute de forma apartada em relação ao compromisso de redução das emissões de gases do efeito estufa.

O TRIPÉ DA CANA PARA A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, ETANOL E COGERAÇÃO DE ENERGIA AINDA É UMA APOSTA ESTRATÉGICA?

AJ: Como solução mais sustentável, o Brasil pode ser vanguarda em energia limpa. As usinas movidas à biomassa (bagaço e palha) produziram 1.621 MW, 15% a mais de energia, no primeiro semestre de 2015, em relação ao mesmo período do ano passado. As usinas paulistas geraram quase 50% desta quantidade. O levantamento é da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Além de manter o menor percentual de ICMS do País sobre a venda do etanol hidratado, o estado de São Paulo promove a isenção fiscal para o *retrofit* de caldeiras e turbinas para incentivar a cogeração, com a simplificação da cadeia tributária do setor.

Diante do grande desafio de ampliar a produtividade, o governo de São Paulo dissemina o sistema de Mudas Pré-Brotadas (MPB), com apoio às pesquisas para o etanol de segunda geração e a ampliação da cogeração da energia etc.

> “ALGUMAS INCERTEZAS REGULATÓRIAS PRECISAM SER DISSIPADAS, NO TOCANTE ÀS REGRAS DE CONEXÃO, COMPARTILHAMENTO DE CUSTOS E REDEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESPACHOS DAS DIFERENTES FONTES DE ENERGIA.”

APESAR DAS DIFICULDADES NA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA, O VALOR BRUTO DA AGROPECUÁRIA ESTADUAL É DESTAQUE NO *RANKING* NACIONAL?

AJ: O estado de São Paulo é o segundo maior no Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária nacional, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Maior atividade agrícola estadual, a cana representa 44% do VBP paulista. É uma cadeia virtuosa, mas que precisa de políticas públicas nacionais estáveis e duradouras. Além de grande centro de produção de equipamentos, insumos e defensivos, é espaço institucional para decisões estratégicas das principais empresas de comercialização.

EXISTEM ÁREAS DIVERSIFICADAS E CONSOLIDADAS PARA TRABALHAR NAS CADEIAS PRODUTIVAS, EM TERMOS DE AGREGAÇÃO DE VALOR E CERTIFICAÇÃO?

AJ: A agregação de valor e a certificação podem ser ou não similares entre as trinta Câmaras Setoriais existentes na SAA. As experiências sempre somam conhecimento às discussões. A solução de um setor pode inspirar ou ser usada para outro. Todos os segmentos, específicos (culturas e criações) ou gerais (insumos, equipamentos etc.), buscam sinergia e aumento de produtividade. A questão da qualificação dos recursos humanos é também um requisito cada vez mais enfatizado.

COMO O SISTEMA ESTADUAL DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PODE AUMENTAR O ESPAÇO COMERCIAL DA PRODUÇÃO ESTADUAL?

AJ: O Selo Paulista e a identificação de produção artesanal são indicativos dos processos de produção que oferecem ao consumidor uma referência de origem e processo, o que incrementa as chances de



> “MILHARES DE PRODUTORES RURAIS VINCULADOS A MAIS DE DUZENTAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS JÁ MUDARAM SUA REALIDADE GRAÇAS AO PDRS – MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO.”

sucesso de um produto no mercado. Caminhamos para a integração junto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI), com a finalização de uma proposta para reformulação da legislação sobre produto artesanal.

COMO ARTICULAR O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO NO AGRONEGÓCIO PAULISTA?

AJ: Milhares de produtores rurais vinculados a mais de duzentas associações e cooperativas já mudaram sua realidade graças ao PDRS – Microbacias II – Acesso ao Mercado. O governo do estado de São Paulo já investiu R$ 83,97 milhões para essas organizações ampliarem as oportunidades de negócio dos produtores familiares.

Entre 2011 e 2015, foram realizadas seis chamadas públicas, com 205 propostas implantadas até a quinta chamada. O processo de seleção de propostas da sexta chamada está em fase de avaliação técnica dos planos de negócio de 167 organizações de produtores. O investimento previsto é de R$ 59,2 milhões.

QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DA AGRISHOW PARA O AGONEGÓCIO BRASILEIRO?

AJ: Uma das principais feiras de tecnologia agrícola do mundo e a maior da América Latina, a Agrishow representa as tendências e as inovações tecnológicas para o agronegócio. Mas, a verdadeira contribuição da Agrishow foi reforçar a imagem de modernidade e inovação que marca o setor agropecuário nacional. O desafio é de romper preconceitos. Há uma visão equivocada com relação à dilapidação de recursos naturais e às relações trabalhistas retrógradas etc. A Agrishow mostra o cuidado ambiental, as relações de parceria, a sofisticada organização e o dinamismo deste setor que é o sustentáculo do País. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



RAUL MOREIRA/ARQUIVO SNA

Eles estão atrás de um dinheiro fácil, porque um produto orgânico tem um preço aproximadamente 30% (em média) superior ao produto convencional. Estão vendendo, então, um produto falso e devem ser punidos com rigor.

ANTONIO ALVARENGA, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), no programa Fantástico (TV Globo), durante reportagem especial sobre a comercialização de falsos alimentos orgânicos no mercado brasileiro

A decisão do governo do estado de Goiás de cobrar ICMS nas operações de processamento e comercialização da soja e do milho é o início de um movimento que poderá levar à taxação de toda a cadeia de produtos da agropecuária brasileira, numa ação capaz de inviabilizar o segmento que sustenta a economia do País, garante emprego no campo e garante superávits crescentes na balança comercial.

JOÃO MARTINS DA SILVA, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O TPP permite que os Estados Unidos – e não países como a China – escrevam as normas de circulação no século XXI, o que é especialmente importante numa região tão dinâmica como a Ásia-Pacífico.

BARACK OBAMA, presidente dos Estados Unidos, em comunicado após a assinatura, na Nova Zelândia, do Tratado Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), que representa cerca de 40% do PIB mundial. O TPP foi assinado pelos ministros e representantes de Estados Unidos, Japão, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Peru, Malásia, México, Nova Zelândia, Cingapura e Vietnã

O direito à propriedade é central; não há uma sociedade que tenha abolido este direito e que tenha tido sucesso. Os que eliminaram só tiveram como resultado miséria e falência.

DENIS ROSENFIELD, professor doutor em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e consultor de análise política

A agricultura sempre foi submetida aos perigos climáticos, mas, mesmo assim, conseguiu evoluir. Reduzir a vulnerabilidade dos nossos sistemas agroalimentares e reforçar a sua capacidade de adaptação serão tarefas essenciais para qualquer política de desenvolvimento agrícola.

DANIEL MEYER, gerente de Desenvolvimento de Mercado da Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS)

A água sustenta a vida. Está aí o seu valor. É produto único e sem similaridade. O que dá valor a um bem ou a um insumo é a escassez.

ELISEU ROBERTO DE ANDRADE ALVES, pesquisador e fundador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tendo sido presidente da mesma e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no artigo "Valor da água", publicado pelo Correio Braziliense

A assinatura do TPP é um grande avanço para o comércio exterior. Embora o Brasil não participe da parceria, é importante buscar novos acordos comerciais para a entrada de seus produtos agropecuários nesses países.

PEDRO HENRIQUES PEREIRA, assessor técnico da Superintendência de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O cooperativismo é responsável, hoje, por números que impressionam. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passam, de alguma forma, por uma cooperativa. Trata-se de um segmento da economia nacional que emprega, diretamente, mais de 360 mil pessoas e é responsável por quase 11% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário no Brasil.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

TAXAS DE JUROS NEGATIVAS E OS LIMITES DA POLÍTICA MONETÁRIA

CLEMENS NUNES
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

RECENTEMENTE, ALGUNS países intensificaram sua aposta na política monetária para salvar suas economias, incluindo a adoção de juros nominais negativos na caixa de ferramentas dos seus bancos centrais. Em 29 de janeiro último, o Banco Central japonês anunciou que fixaria a taxa referencial para remuneração de reservas excedentes em -0,1% a.a. Estas reservas correspondem a recursos dos bancos depositados junto ao Banco Central que ultrapassam o montante mínimo requerido para assegurar a liquidez e a solvência do sistema monetário. No dia 11 de fevereiro, o Banco Central da Suécia reduziu a taxa das operações de recompra de títulos para -0,5% a.a. Essas ações seguem aquela adotada pelo Banco Central Europeu (BCE) quando fixou sua taxa de remuneração de reservas bancárias excedentes em -0,1% a.a., em 5 de junho de 2014. Neste artigo, iremos discutir: as motivações para essas decisões, os efeitos desejados pelos bancos centrais, os potenciais custos associados a estas medidas e as suas possíveis consequências sobre a economia global.

Para entendermos a motivação dessas medidas, antes, é necessário abordar a condução da política monetária nos bancos centrais modernos. A ação usual destes tem por objetivo estabilizar a atividade econômica e a taxa de inflação em torno de seus objetivos de política. Dentre os instrumentos que dispõem para estabilização, os mais importantes são a escolha da trajetória da taxa de juros básica, seus efeitos sobre a demanda agregada e as expectativas de inflação. Para implementar esta ação, o banco central utiliza como instrumentos a fixação das metas das taxas referenciais (taxas de política) e a comunicação da trajetória futura esperada destas taxas. Ocorre que, neste momento peculiar, as taxas de inflação nestes países são muito baixas e o risco de deflação é crescente. Enquanto isso, algumas economias enfrentam simultaneamente crescimento muito baixo, como no caso da Zona do Euro, ou taxas negativas, como no caso do Japão. No caso particular da Suécia, crescimento não é o problema. A economia cresceu 3,7% em 2015; no entanto, a projeção de inflação para 2016 está em 0,7%, muito abaixo da meta de 2% a.a. Nesse cenário, para atingir seus objetivos de estabilização, os bancos centrais deveriam adotar taxas de juros nominais negativas.

Como os bancos centrais esperam que a adoção de taxas de juros negativas concorra para que seus objetivos sejam atingidos? Os mecanismos são essencialmente três. Primeiro, o efeito sobre o portfólio dos bancos. Ao imporem taxas de juros negativas sobre as reservas bancárias excedentes, espera-se que os bancos comerciais saquem suas reservas excedentes e utilizem-nas para expansão de suas operações de crédito. Desta forma, estimular-se-ia a demanda agregada e aumentar-se-ia a expectativa de inflação. O segundo mecanismo é a migração de recursos investidos em títulos de renda fixa para a aplicação em ativos reais, como imóveis ou ativos de risco (ex.: ações). Esse aumento poderia gerar um efeito riqueza capaz de aumentar o consumo das famílias, os investimentos e os preços. Finalmente, o terceiro mecanismo é a redução da atratividade dos títulos denominados na moeda local em relação aos títulos estrangeiros. Assim, é esperada uma desvalorização da moeda local que aumentaria as exportações e reduziria

as importações, aumentando, assim, a demanda externa líquida sobre a economia.

Quais têm sido os efeitos concretos da política de taxas de juros negativas? Tendo sido implementadas há pouco tempo, não há ainda comprovação empírica dos seus resultados. No entanto, acredito que os sinais observados nos mercados de capitais e de crédito indiquem que os benefícios potenciais dessa medida não superam os seus custos. Embora taxas de juros negativas aumentem o apetite por liquidez, elas também apresentam efeitos negativos sobre o mercado de crédito. A adoção de taxas de juros negativas ou zero reduz a diferença entre os juros de curto e longo prazos. Fundamentalmente, bancos captam recursos de depósitos a prazo e à vista para emprestarem a prazos mais longos. A redução do *spread* entre as taxas curtas e longas de juros diminui a margem de intermediação financeira das operações de crédito. Com a demanda por crédito baixa e num cenário de risco de crédito elevado, os bancos não têm interesse em expandir seu volume de crédito.

Adicionalmente, as restrições regulatórias impostas após a crise financeira de 2008 reduziram sensivelmente a alavancagem dos bancos. Assim, num cenário de queda de margens, fraca demanda e baixa alavancagem, haverá queda importante da lucratividade dos bancos e do preço de suas ações. A queda do valor das ações e dos títulos de dívida dos bancos irá fragilizar sua estrutura de capital, aumentando seus custos de captação. Essa pressão sobre a estrutura de capital pode forçar a liquidação de posições, aumentando a volatilidade e os prêmios de risco, gerando uma reação em cadeia, com mais queda de preços e mais liquidações forçadas. Os sinais observados no mercado financeiro no início deste ano apontam nessa direção, tendo sido verificada queda relevante dos preços das ações e dos títulos de dívida de bancos europeus, japoneses e americanos. Além disso, observou-se aumento dos prêmios de risco e da volatilidade nos mercados globais, com variações rápidas de preços dos ativos, configurando um cenário típico de liquidação forçada de posições. Outro aspecto a ser considerado é que o efeito da desvalorização da moeda ocasionada pela adoção de taxas de juros negativas será minimizado pelo fato de que vários países estão utilizando política semelhante. O risco é entrarmos num processo de desvalorizações competitivas, com grandes conflitos comerciais e elevada volatilidade no preço de ativos, conforme observado nos movimentos da moeda chinesa no início do ano.

O cenário corrente parece indicar que, com a adoção de taxas de juros negativas, podemos ter ultrapassado o limiar da efetividade da política monetária, com seus custos superando os potenciais benefícios. Eventuais quedas adicionais apenas criarão mais tensões no mercado de crédito, aumentarão a volatilidade no preço de ativos e terão impactos negativos no lado real da economia. Consequentemente, urge a adoção de políticas coordenadas de natureza distinta para reequilibrar a economia global. Entre elas, podemos citar ações que enfrentem os desequilíbrios fiscais e os problemas estruturais, como o baixo crescimento da produtividade e as tendências demográficas desfavoráveis. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

NOVO SALTO NO AGRONEGÓCIO EM DEZ ANOS

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) traçou cenário de crescimento para o agronegócio brasileiro no mercado mundial no horizonte de 2016. O balanço comercial dos norte-americanos estará com saldo de US$ 5,7 bilhões, exportação de US$ 175,8 bilhões e importação de US$ 170,1 bilhões. A participação nacional avançará em importantes produtos, como soja e carnes. No milho, os números projetam estabilidade nos embarques nacionais, em torno de 31 milhões de toneladas.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO
(MIL TONELADAS)

PRODUTOS	2014/15	2024/25
Soja em grão	51.100	109.500
Aves	5.393	5.393
Suínos	829	829
Bovinos	2.606	2.606

Fonte: USDA

ISTOCKPHOTO



TRIBUTAR A EXPORTAÇÃO DE GRÃOS

Com a precária situação financeira, os estados brasileiros olham como uma forma de emergência a taxação nas cadeias de produtos do agronegócio. O governo do estado de Goiás decidiu cobrar ICMS nas operações de processamento e comercialização de soja e milho. Diante da pressão dos produtores, o decreto em questão foi suspenso. Os setores da produção e da exportação temem a inviabilização de uma atividade sustentadora da economia do País, geradora de emprego no campo e garantidora de superávits crescentes na balança comercial. Trata-se da fragmentação de uma política nacional construída com visão de longo prazo para o País ganhar competitividade.

PENDÊNCIA NO SEGURO RURAL DA SAFRA 2015/16

O ajuste fiscal das contas públicas chegou no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Essa é a fonte de preocupação dos produtores rurais e das entidades representativas do setor. Para o triênio 2016-2018, as novas regras já reduziram os níveis de cobertura, enquanto o montante dos recursos segue pendente. O orçamento aprovado no Congresso foi de R$ 741 milhões, mas, com o contingenciamento do Governo, o valor caiu para R$ 400 milhões. Para as culturas da segunda safra (de inverno), como o milho e o trigo, em fase de plantio, sobra como alternativa somente o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).



ISTOCKPHOTO

PRÉ-CUSTEIO PARA A SAFRA 2016/17



A operação de pré-custeio é uma prioridade para os agricultores fazerem antecipadamente a aquisição de insumos (sementes, fertilizantes, defensivos etc.), no primeiro semestre, para o plantio da safra de verão. Esses contratos são realizados a taxas de juros controladas do crédito rural, bem abaixo do mercado livre. Para os agricultores, é, também, uma estratégia importante para quitar débitos anteriores e assumir novos empréstimos. No ano passado, a chegada do dinheiro ao campo não aconteceu em tempo hábil. Agora, o Conselho Monetário Nacional (CMN) mudou as regras de cálculo das aplicações compulsórias na agricultura, oriundas das captações na poupança rural. Isso permitirá liberar R$ 12 bilhões retidos no Banco Central. É hora de acompanhar.

EXPORTAÇÃO PELO ARCO NORTE

BRASIL: EMBARQUE DE GRÃOS
(MILHÕES DE TONELADAS)

PORTOS	ESTADO	2014	2015
Santos	São Paulo	27	30
Paranaguá	Paraná	17	18

Fonte: Conab/MAPA

O escoamento de soja e milho pela região do Arco Norte – acima do Paralelo 16° Sul – cresceu de 13 milhões de toneladas para 20 milhões, de 2014 para 2015, um incremento de 54%. Seus portos são os de Itacoatiara (Amazonas), Santarém e Vila do Conde (Pará), Itaqui (Maranhão) e Salvador (Bahia). As vendas externas destes grãos atingiram volume próximo a 100 milhões de toneladas em 2015. A proximidade das áreas de produção do Centro-Oeste com os portos do Norte e do Nordeste traz impacto positivo, da ordem de US$ 50 por tonelada, no custo logístico. Além disso, alivia a pressão nos terminais de embarque do Sul e do Sudeste.

REABERTURA DA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ

Com 2,4 mil quilômetros de extensão, a hidrovia Tietê-Paraná é uma importante rota para o escoamento de grãos dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Minas Gerais. O seu uso esteve paralisado desde o final de maio de 2014, por conta da estiagem e do calado mínimo exigido de 2,20 metros. Cerca de 7 milhões de toneladas de mercadorias deixaram de ser movimentados. A prioridade foi usar a água para a geração de energia elétrica.



TRANSPORTEAQUAVIARIO.ORG

ALIMENTOS FUNCIONAIS

Enriquecidos com aditivos – como vitaminas, fibras e minerais dietéticos –, os alimentos funcionais contribuem para a manutenção da saúde e a redução de risco de doenças. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) criou, em Maceió-AL, uma unidade para desenvolver pesquisa nessa área. O objetivo é integrar os conceitos de alimento, nutrição e saúde. A agricultura focada na culinária e nos hábitos regionais deu origem a uma indústria pujante nas regiões da Toscana (Itália) e de Champagne (França). Essas iniciativas servem de modelo para o Brasil.

ÁREA CADASTRADA NO CAR

Da área total a ser registrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de 397,9 milhões de hectares, 263,0 milhões já foram abrangidos. Faltam, ainda, 135,0 milhões, ou seja, perto de 32%. Regulamentado em maio de 2014, o prazo para realização do cadastro deveria vencer em maio de 2015, mas foi estendido para maio de 2016. Esse é o primeiro passo para a implementação do novo Código Florestal.

BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA ÁREA CADASTRADA NO CAR*

REGIÃO	%
Norte	83,0
Nordeste	37,3
Centro-Oeste	64,0
Sudeste	33,0
Sul	31,5

* Posição em 31 de Janeiro de 2016
Fonte: Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

DIMINUI SALDO DAS AGROEXPORTAÇÕES DOS EUA

ESTADOS UNIDOS: BALANÇA COMERCIAL DAS AGROEXPORTAÇÕES
(EM US$ BILHÕES)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
2009	96,6	73,4	23,2
2011	137,4	98,5	38,9
2013	141,1	109,4	31,7
2015	139,7	119,0	20,7
2016	132,0	122,0	10,0

Fonte: USDA

Os Estados Unidos são líderes mundiais nas agroexportações. A primeira metade desta década foi considerada como uma das temporadas de ouro para o setor, tendo sido puxada pela alta das *commodities* e pela desvalorização do dólar frente às outras moedas. Mas, as projeções para 2016 não são tão boas. Os pressupostos estão mais pessimistas, em função da queda na atividade econômica chinesa, da grande concorrência internacional e da apreciação do dólar. O saldo comercial deverá cair para a metade. A importação de frutas e hortaliças, que representam dois terços do total, deverá crescer em mais de 10%.

CORTE NOS SUBSÍDIOS PARA EXPORTAÇÃO AGRÍCOLA

Acordo da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Nairobi, no Quênia, no final do ano passado, dá passo importante na liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas. A decisão foi de proibir a concessão de subsídios à exportação de produtos agrícolas que são usados para baixar os custos de produção. Os cortes deverão ser imediatos para os países desenvolvidos, enquanto os países em desenvolvimento terão prazo de até três anos. Essa mudança dará ao Brasil mais competitividade no mercado internacional.



CANADÁ E MÉXICO VENCEM ESTADOS UNIDOS NA OMC

VALOR DA RETALIAÇÃO CONTRA OS ESTADOS UNIDOS
(US$)

PAÍS	REIVINDICADO	CONCEDIDO
Canadá	US$ 2.300.00,00	US$ 780.000,00
México	US$ 713.000,00	US$ 228.000,00
Total	US$ 3.013.000,00	US$ 1.008.000,00

Fonte: OMC

A disputa teve origem em 2009, quando os EUA obrigaram a menção nos rótulos do país de origem dos alimentos. Canadá e México argumentaram que essas regras, conhecidas como rotulação de país de origem (COOL, na sigla em inglês), reduziam o abate e o processamento de carnes bovina e suína canadense e mexicana nos EUA, diminuindo a renda dos produtores. A disputa chegou ao painel de arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC), que concedeu ganho de causa ao Canadá e ao México, em valor inferior ao reivindicado.

TRÊS PRAGAS NOVAS NO BRASIL

A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) chama a atenção para a presença, no Brasil, de três pragas exóticas: os insetos mosca-da-haste-da-soja (*Melanagromyza* sp.) e *Helicoverpa punctigera* (parente da *Helicoverpa armigera*) e uma nova planta daninha (*Amaranthus palmeri*). Todas elas significam problemas para culturas como a soja, o milho e o algodão. Essas ocorrências são o resultado do intenso trânsito de pessoas e animais no mundo moderno, facilitado pela realização de grandes eventos desportivos, como a Copa do Mundo de Futebol (2014) e a Olimpíada (2016).

PRAGAS E DOENÇAS DE MAIOR RISCO ÀS LAVOURAS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou a lista das pragas e das doenças de maior risco às lavouras. Essa decisão amplia as possibilidades de os produtores rurais contarem com defensivos mais baratos e preços mais competitivos. Isso pode reduzir o peso destes insumos no custo de produção. A iniciativa viabiliza, também, a rotação de ingredientes ativos, com diminuição da resistência de pragas e doenças à aplicação dos agroquímicos.

PRINCIPAIS DOENÇAS E PRINCÍPIOS ATIVOS

I - Bicudo-do-algodoeiro: tolfenpirade; bifentrina; e gamacialotrina + malation;
II - Ferrugem da soja: azoxistrobina + tebuconazol + mancozebe; picoxistrobina + tebuconazol + mancozebe; azoxystrobina + ciproconazole + mancozeb; picoxistrobina + benzovindiplupir; bixafen; fluxapyroxad + epoxiconazole + pyraclostrobin; metominostrobin + tebuconazole; azoxystrobin + benzovindiflupir;
III - Mofo branco: procimidone; ciprodinil; fluazinam; isofetamid; iprodiona; fluopyram; procimidone + fenpirazamina; cyprodinil + fludioxonil; tiofanato metílico + fluazinam;
IV - Broca-do-café: metaflumizone e bifentrina + acetamiprid;
V - *Helicoverpa armigera*: benzoato de emamectina; ciantraniliprole; indoxacarb; metaflumizone; tiodicarbe; espinetoram + metoxifenozida; e lufenuron + profenofós;
VI - Mosca branca: acetamiprid; ciantraniliprole; diafentiuron; piridabem; piriproxifen; sulfoxaflor; bifentrina + acetamiprid; acetamiprid + etofenproxi;
VII - Nematoides: fluensulfone;
VIII - *Conyza bonariensis* e *Digitaria insularis*: cletodim; diafentiuron; dicamba; glufosinato sal de amônio; mesotrione; pyroxasulfone; sulfentrazone; flumioxazina + imazetapir.



COM 50 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS PRINCIPAIS CONQUISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR DE GRÃOS DO BRASIL, A ANEC RENOVA DIARIAMENTE O COMPROMISSO DE CONTINUAR SUPERANDO BARREIRAS E BATENDO RECORDES, **A CADA NOVO GRÃO**.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1656 - 8º andar - Cj 8A
CEP 01451 -001 São Paulo - Jardim Paulistano
Tel: 11 3039 - 5599 / Fax : 11 3039 5598

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

TAXA DE JUROS NOMINAIS NEGATIVAS

COMO? POR QUÊ?

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

DESDE 2015, e com maior intensidade em 2016, há um fenômeno econômico que tem chamado a atenção de diversos pesquisadores e analistas econômicos: a política de taxas de juros nominais negativas. As autoridades monetárias de diversos países, como Japão, Suécia, Dinamarca, Suíça e países da Zona do Euro, têm feito uso de taxas de juros nominais negativas como um esforço adicional para aquecer suas economias e espantar o risco de deflação. Como esta é uma política nova, ainda há muitas dúvidas se será bem-sucedida ou se deteriorará ainda mais a situação daquelas economias. Nos próximos parágrafos, além de explicar o que é esta política de taxas de juros nominais negativas e quais são seus desafios, também serão discutidas as consequências da adoção deste instrumento de política monetária para os mercados de *commodities*.

COMO UM BANCO CENTRAL PODE ADOTAR TAXAS DE JUROS NOMINAIS NEGATIVAS?

Todos os bancos comerciais têm que manter parte dos seus recursos financeiros no banco central. Estes recursos são chamados de reservas bancárias. Em geral, estas reservas são compostas por duas partes: a fração que os bancos são obrigados a recolher junto ao banco central, também chamada de recolhimentos compulsórios; e a outra fração, que os bancos deixam no caixa do banco central por vontade própria. Esta última fração, geralmente, é remunerada, isto é, rende juros para os bancos comerciais.

A adoção de uma política de taxas de juros nominais negativas implica que, em vez de pagar juros para que os bancos mantenham um volume de reservas que exceda o compulsório no caixa da autoridade monetária, o banco central passa a cobrar uma taxa dessas instituições financeiras. Nessa situação, o banco central está sinalizando para os bancos que ele não quer que o dinheiro fique parado no seu caixa. Em outras palavras, a autoridade monetária está avisando que quem quiser deixar dinheiro parado no caixa do banco central pagará uma taxa por isso.

POR QUE ALGUNS BANCOS CENTRAIS ESTÃO ADOTANDO TAXAS DE JUROS NEGATIVAS?

Os bancos centrais estão adotando taxas de juros nominais negativas para evitar um quadro de deflação. Ou seja, a adoção destas taxas é mais um esforço da autoridade monetária para tentar aquecer a demanda das suas respectivas economias, de forma que seus preços passem a subir (ou, pelo menos, parem de cair). Em termos mais didáticos, ao adotar essa política, um banco central está tentado gerar inflação. Por ser uma estratégia nem um pouco convencional, ainda não está claro se esta política conseguirá aquecer a economia ou se poderá piorar ainda mais a situação.

POR QUE HÁ DÚVIDAS SE ESTA POLÍTICA FUNCIONARÁ?

Na prática, não está claro se esta política dará certo nas economias em que já foi adotada (Japão Suécia, Suíça, Dinamarca e pelo Banco Central Europeu), pois a demanda por crédito está muito fraca, apesar das taxas de juros já estarem há tempos muito baixas. Em outras palavras, os empréstimos não estão estagnados por falta de recursos, mas por falta de tomadores de crédito. Diante disso, há dúvidas se reduzir ainda mais a taxa de juros conseguirá finalmente despertar a demanda por crédito.

Além da fraqueza da demanda por crédito, há outro risco nessa política, principalmente na Zona do Euro. Não está claro quais instituições financei-

ras europeias estão realmente saudáveis. Dadas as baixas taxas de juros e a escassez de demanda por crédito, o balanço de algumas instituições não inspira otimismo ou confiança. Passar a cobrar uma taxa sobre as reservas dos bancos junto ao banco central e forçá-los a emprestar sem que haja bons tomadores de crédito pode reduzir ainda mais a rentabilidade de algumas instituições e colocar o sistema todo em risco. Novamente, se não está claro o quanto essas instituições estão realmente saudáveis, há o risco de esta política piorar ainda mais a situação do sistema bancário europeu. ■

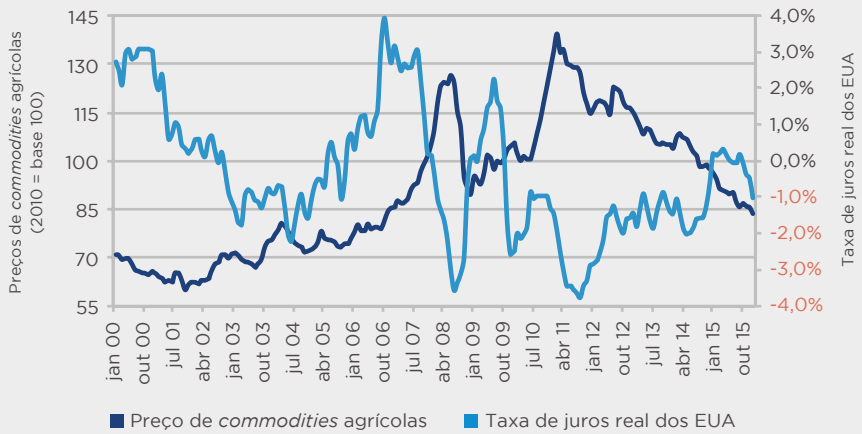
POR QUE AS COTAÇÕES DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS ESTÃO EM PATAMARES TÃO BAIXOS SE AS TAXAS DE JUROS NÃO ESTÃO ALTAS?

Em condições normais, há uma relação inversa entre a taxa de juros e as cotações das *commodities*. Taxas de juros baixas tornam o retorno de títulos públicos pouco atraente, fazendo com que haja maior demanda por outros ativos financeiros, entre eles aqueles associados a *commodities*. Foi justamente essa dinâmica que foi observada claramente na década passada. Atualmente, continuamos em um ambiente de taxas de juros em patamares muito baixos para padrões históricos. Diante disso, por que as *commodities* agrícolas têm operado em cotações tão baixas? Por quatro razões principais:

- Com a desaceleração das economias emergentes, a demanda mundial está perdendo força. Logo, há uma pressão baixista nos mercados de várias *commodities* agrícolas;
- Devido aos fortes investimentos realizados quando os preços estavam altos, hoje há um excesso de oferta em diversos mercados;
- Embora as taxas de juros de diversas economias estejam muito baixas, a taxa de juros norte-americana está operando em um patamar mais elevado do que nos últimos oito anos (embora ainda baixo para padrões históricos);
- Mais do que estarem baratas, na verdade, algumas *commodities* estavam muito caras nos últimos anos. Ao descontar a inflação do dólar – a unidade de medida utilizada para mensurar o valor de quase todas as *commodities* –, os preços das *commodities* agrícolas, em geral, ainda hoje, estão acima do patamar observado no início da década passada ou ao longo dos anos 90 do século passado. Em outras palavras, os preços, mais do que estarem deprimidos, estão retomando a sua trajetória de equilíbrio de longo prazo.

ÍNDICE REAL DE PREÇO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS *VS.* TAXA DE JUROS REAL NORTE-AMERICANA (CPI)

JANEIRO DE 2000 A JANEIRO DE 2016 (2010 = 100)



Fonte: Banco Mundial; Board of Governors of the Federal Reserve System

LARANJA

EQUILÍBRIO PARA OS ESTOQUES DE SUCO

IBIAPABA NETTO
Diretor Executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)

DEPOIS DE anos em patamares altos, por conta de grandes safras e queda na demanda os estoques brasileiros de suco de laranja começam a registrar equilíbrio. A quantidade de bebida em poder das empresas é a menor da série histórica já registrada pela CitrusBR: o suficiente para quatorze semanas de consumo. A medição por meio de auditorias independentes começou a ser realizada e divulgada em 2011.

Isso representa o fim do acúmulo de estoques acumulados principalmente depois das duas grandes colheitas nas safras de 2011/12 e 2012/13. Desde então, o setor luta para voltar ao chamado ponto de "equilíbrio técnico", de possuir nos tanques apenas a quantidade necessária de suco para cumprir os contratos até uma nova safra começar a ser processada. Este equilíbrio, historicamente, acontece ao redor de 300 mil toneladas de estoque em 30 de junho.

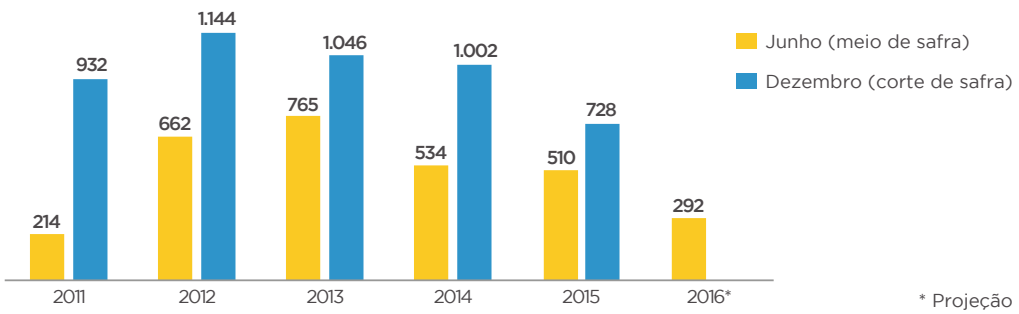
Outro aspecto importante é a deterioração do rendimento industrial, que necessitou de 299,14 caixas de laranja de 40,8 quilos para a produção de 1 tonelada de suco, ante 240,50 caixas no período passado. Esse é, de longe, o pior índice registrado. O número leva em conta apenas a laranja processada até o mês de janeiro da safra 2015/16.

Com a safra atrasada, existe fruta para ser colhida e processada. Por isso, o rendimento deve ser ainda um pouco pior. Isso significa um aumento de custo importante para as indústrias: mais matéria-prima será necessária para produzir a mesma quantidade de suco.

O pior rendimento industrial deve-se às condições climáticas adversas. No primeiro semestre de 2015, os pomares enfrentaram uma intensa seca, que afetou a extração de suco da fruta. Trata-se de um fenômeno conhecido como cristalização. Já no segundo semestre, o problema foi o inverso, com excesso de chuvas, com aumento na quantidade de água nas frutas e, consequentemente, piora do rendimento.

As condições climáticas adversas prejudicam o desenvolvimento e retardam o processamento das frutas. Por essa razão, a divulgação da quantidade processada, bem como o número final do rendimento industrial, deve acontecer nos próximos meses. De qualquer forma, apesar de não se tratar de um momento de euforia, sem dúvida, os dados apontam um alívio para o setor produtivo. ■

BRASIL: ESTOQUE FÍSICO DE SUCO DE LARANJA CONCENTRADO EQUIVALENTE A 66° BRIX (MIL TONELADAS)



* Projeção
Fonte: CitrusBR

LEITE

PIORA NA RELAÇÃO DE TROCA SEGUE DEPRIMINDO A OFERTA

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO
Pesquisador da Embrapa Gado de Leite

VICENTE JOSÉ FERREIRA DA COSTA
Estudante de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A PRODUÇÃO brasileira de leite cresceu continuamente ao longo das últimas décadas, com taxas superiores às do Produto Interno Bruto (PIB). O cenário econômico atual, no entanto, tem imposto desafios gerenciais ao setor produtivo. Assim como 2015, 2016 deverá ser um ano de oferta ajustada, quebrando o círculo virtuoso de crescimento até então vigente. Piora nos preços relativos entre leite e insumos, demanda interna fraca e queda dos preços internacionais são algumas das variáveis econômicas em questão.

Entre 2004 e 2014, a produção de leite apresentou um crescimento robusto, de 5,5% ao ano. Nestes dez anos, ocorreu uma série de fusões e aquisições na indústria de laticínios, novos *player*s entraram (e saíram) nesse mercado, empresas passaram por recuperação judicial, fraudes mostraram fragilidades na indústria (e na fiscalização), laticínios fecharam, produtores deixaram de receber pelo produto entregue, entre muitos outros acontecimentos marcantes. Todavia, mesmo com tanta adversidade, a oferta nacional manteve-se em expansão.

A atual conjuntura, no entanto, sugere uma oferta nacional em declínio. Os dados da Pesquisa Trimestral do Leite indicam uma produção média de janeiro a setembro de 2015 recuando 2,5%. O crescimento da produção começou a desacelerar já no final de 2014. A desaceleração anualizada da produção, entre outubro de 2014 e setembro de 2015, ficou abaixo da observada nos doze meses imediatamente anteriores (outubro de 2013 a setembro de 2014).

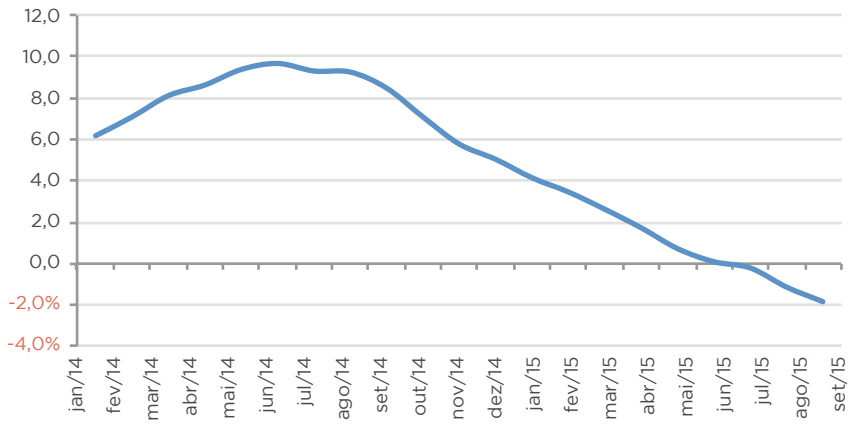
Grande parte dessa desaceleração ocorreu devido a piora na rentabilidade do produtor. O custo de produção de leite vem seguindo uma trajetória de alta, que se acentuou em 2015 e descolou do preço do leite recebido pelo produtor. Energia, combustíveis, concentrados e sais minerais estão entre os insumos com maior elevação de preços ao longo do último ano. Pelo índice de relação de troca, é possível observar uma tendência de queda no final de 2013 que foi acentuada em meados de 2014. A média anual da relação de troca em 2015 foi a pior da série histórica, cujo início deu-se em 2006, quando o índice de custo de produção começou a ser acompanhado. Uma frase oportuna do sociólogo Fernando Henrique Cardoso coloca que "na crise, a primeira reação das pessoas é de se recolherem para cuidarem de suas vidas".

As sinalizações para a demanda doméstica sugerem desaquecimento, na esteira da redução de renda dos brasileiros e do aumento da inflação. As previsões econômicas para 2016 mostram mais recessão e inflação ultrapassando o limite superior da meta. A combinação de juros mais altos, piora na renda real das famílias, queda da produção industrial e paralisia na política econômia deteriorou ainda mais as expectativas e a confiança de ambos: empresários e consumidores. A balança comercial poderá trazer alguma notícia positiva para o setor lácteo, mas o nível de internacionalização desta indústria ainda é muito baixo.

No caso da oferta, a evolução da relação de troca (leite/insumos) não sugere melhorias, já que o fraco

TAXA DE CRESCIMENTO ANUALIZADA DA PRODUÇÃO DE LEITE

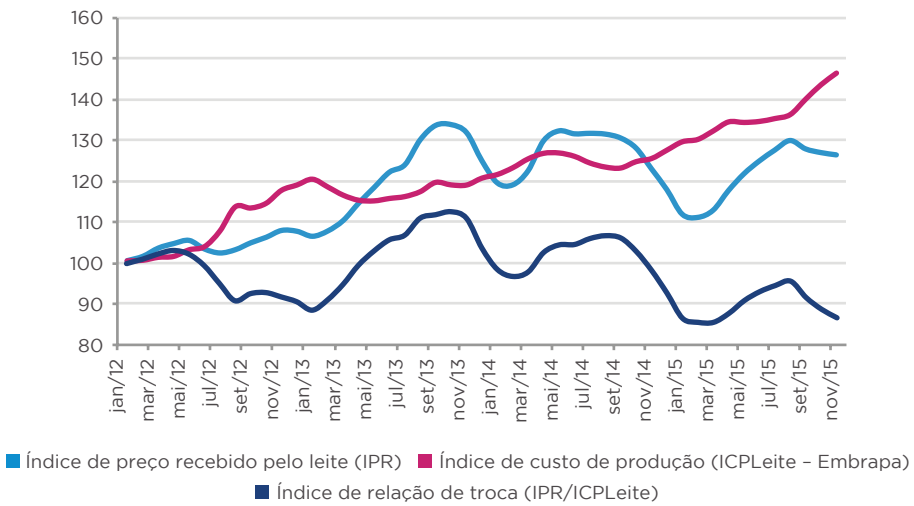
(EM %)



Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral do Leite

ÍNDICE DE PREÇO RECEBIDO PELO LEITE E ÍNDICE DE CUSTO DE PRODUÇÃO

(JANEIRO DE 2012 = 100)



Fonte: Cepea; Embrapa Gado de Leite

desempenho do consumo não possibilita repasses de preços ao longo da cadeia de suprimentos. Existem, ainda, os efeitos climáticos do El Niño, que devem permanecer durante o primeiro semestre de 2016. Portanto, olhar para os problemas internos e "cuidar da vida" seria uma decisão inteligente. É conhecido o baixo nível médio de produtividade do leite brasileiro, o que torna o desafio da rentabilidade e da competitividade ainda maior. Os preços favoráveis no mercado de boi abrem a oportunidade de descarte dos animais menos produtivos. Além disso, existe, no Brasil, de forma regionalizada, uma ampla opção de insumos substitutos que podem ser usados na dieta dos animais. Essa, inclusive, é uma das grandes vantagens do Brasil em relação à maioria dos países produtores de leite. Portanto, é o momento de fazer escolhas, de fazer gestão, até porque as sinalizações de mercado, sejam domésticas ou internacionais, não são favoráveis. ■

MERCADO INTERNACIONAL

O FIM DOS SUBSÍDIOS À EXPORTAÇÃO

PLINIO NASTARI

Presidente da DATAGRO Consultoria, tendo sido responsável pelos estudos econômicos que deram suporte aos contenciosos de açúcar, bananas e pneus na Organização Mundial do Comércio (OMC)

NA 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Nairobi, no Quênia, em dezembro último, os países-membros concordaram em eliminar os subsídios à exportação de produtos agrícolas. Nações menos desenvolvidos têm até o final de 2018 para eliminar os subsídios às exportações agrícolas (até 1º de janeiro de 2017 em relação às exportações de algodão), enquanto os países desenvolvidos concordaram em eliminar a maioria destes subsídios imediatamente.

A decisão tomada pelos 162 países-membros da OMC é um marco de extrema importância para o comércio internacional. O seu diretor-geral, o embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, saudou o acordo como o "resultado mais significativo da agricultura" em vinte anos de história da organização. A 10ª Conferência Ministerial da OMC foi presidida pela ministra de Relações Exteriores e Comércio Internacional do Quênia, Amina Mohamed, que resumiu o resultado do encontro declarando que, neste encontro, "reafirmamos o papel central da OMC na governança do comércio internacional".

Para todos os países em desenvolvimento que têm uma dependência maior de suas economias na atividade agropecuária, a decisão de eliminar os subsídios à exportação agrícola foi uma conquista histórica. Para o Brasil, em particular, que desponta como liderança mundial na produção sustentável de alimentos e energia de base agrícola, foi uma vitória extraordinária, e de enorme impacto econômico e social.



© WTO. Courtesy of Admedia Communication.

HISTÓRICO DAS NEGOCIAÇÕES

Durante décadas, os Estados Unidos livraram-se de excedentes agrícolas sob o regime da Public Law 480, que previa a remessa destes excedentes como ajuda humanitária a países em desenvolvimento. Estas ações tiveram, em alguns casos, o efeito de comprometer o desenvolvimento da produção local nos países receptores. Outras formas de subsídio à exportação foram utilizadas, como aquelas aplicadas ao algodão.

No final de 1980 e no início de 1990, a União Europeia (UE) gastou cerca de € 10 bilhões por ano em subsídios à exportação, quase um terço do orçamento da Política Agrícola Comum, com o objetivo de escoar excedentes de produção doméstica, pagando a diferença entre os preços internos elevados da UE e os preços do mercado mundial. Mais recentemente, o valor destes subsídios já havia caído substancialmente.

Os subsídios à exportação permitiram que os exportadores, principalmente de países desenvolvidos, elevassem sua participação de mercado em vários produtos, colocando pressão sobre o nível de preços do mercado mundial e competindo de forma desleal com produtores locais em muitos países em desenvolvimento.

Algumas das distorções foram objeto de contenciosos levados a cabo no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, como foi o caso do algodão iniciado pelo Brasil contra os EUA. No entanto, o maior caso até hoje discutido no âmbito da OMC, e o de implicações mais profundas, foi o caso do açúcar iniciado em 2002 por Brasil, Austrália e Tailândia contra as exportações subsidiadas de açúcar da União Europeia. Naquele ano, a UE exportou 7,2 milhões de toneladas de açúcar com subsídios, colocando-se como o segundo maior exportador depois do Brasil. Este caso teve a participação de 33 outros países como terceiras partes interessadas e foi julgado favoravelmente aos demandantes em 2005. Devido à condenação recebida, a UE iniciou um amplo programa de adaptação de seu regime açucareiro às deliberações da OMC, o que culminou na drástica redução de suas exportações, abrindo espaço para produtores mais eficientes no mercado internacional, sendo o Brasil o principal beneficiário num primeiro momento.

Ao mesmo tempo em que surgiram mais contenciosos, os EUA passaram a pressionar a UE a participar de negociações para reduzir ou eliminar subsídios à exportação, por também estarem fartos de perder mercados. Do esforço para negociar disciplinas em suportes agrícolas surgiu o Acordo de Blair House, em novembro de 1992, que foi a base do Acordo sobre Agricultura da OMC (AOA). Este acordo definiu limites sobre o volume e as despesas com exportações subsidiadas para os países com programas de subsídios à exportação, em vigor atualmente. Todos os outros países, incluindo a maioria dos países em desenvolvimento, comprometeram-se a nunca fazerem uso dos subsídios à exportação no futuro.

A partir deste marco, os subsídios à exportação passaram a ser o foco principal das negociações sobre a liberalização do comércio agrícola, reiniciadas no âmbito da OMC em 2000. Estas negociações foram, posteriormente, incorporadas pela Rodada de Doha, no final de 2001.

A tacada final para o fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas veio de uma proposta conjunta da UE e do Brasil, no último ano, que recebeu a adesão da Argentina, da Nova Zelândia, do Paraguai, do Peru e do Uruguai.

O Brasil, que emergiu há alguns anos como líder do G-20 nas negociações multilaterais de comércio, foi, inclusive, criticado pela Índia por ter apresentado a proposta em colaboração com a UE. Por trás desta crítica havia o desejo da Índia de propor mecanismos especiais de salvaguarda e flexibilidades adicionais visando oferecer medidas de apoio aos seus produtores agrícolas, disfarçadas em programas de manutenção de estoques de alimentos com vistas à segurança alimentar. ■

SAFRA 2015/16

AS PRESSÕES SOBRE O FRETE DEVIDO AO AVANÇO DA COLHEITA

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

O AVANÇO da colheita da soja e os embarques de milho para exportação pressionam o preço do frete, que deve aumentar aproximadamente 30% entre janeiro e abril no Mato Grosso. O frete pode superar os R$ 340,00 por tonelada, para o trecho entre Sorriso-MT e os Portos de Paranaguá-PR e Santos-SP.

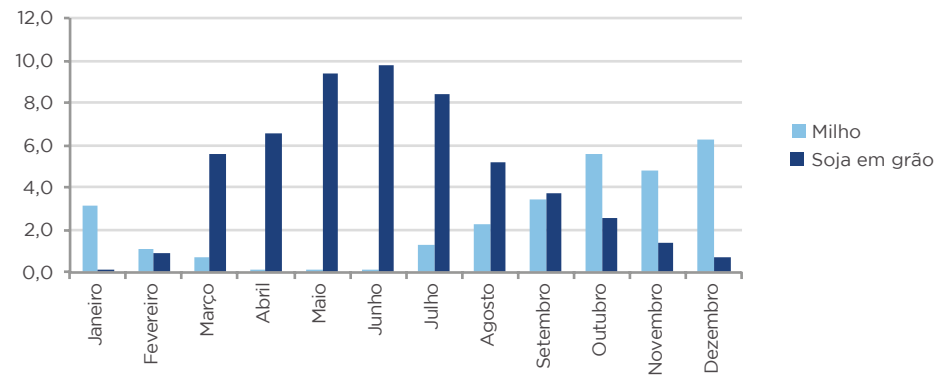
Os atrasos nas chuvas no Brasil Central prejudicaram o plantio da safra de verão 2015/16. Esse comportamento já era previsto pelos meteorologistas. Com isso, os cronogramas da colheita da soja e, consequentemente, do plantio do milho 2ª safra atrasaram. O principal caso é o do estado do Mato Grosso, maior produtor nacional destas duas culturas.

Pontualmente, a estiagem postergou o início do plantio da soja nas regiões mais ao norte do estado. Em diversas áreas, houve necessidade de replantio, pois as plantas não germinaram pela falta de umidade no solo. Agora, na colheita, as fortes chuvas atrapalham o avanço dos trabalhos no campo.

Pelos dados divulgados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), até o final de fevereiro, apenas 20% da área de soja no norte do estado haviam sido colhidos – na temporada passada, esta taxa estava em 40%. Na região noroeste do estado, a colheita atingiu 18% até a primeira quinzena de fevereiro, frente a 28% em igual período do ano passado.

Diante dos atrasos na colheita da soja, veio o efeito esperado: o estreitamento da janela para o plantio do milho 2ª safra. Mas, ainda assim, em função dos patamares elevados de seus preços no mercado brasileiro, a área semeada deve aumentar na safra 2015/16, em relação à safra passada.

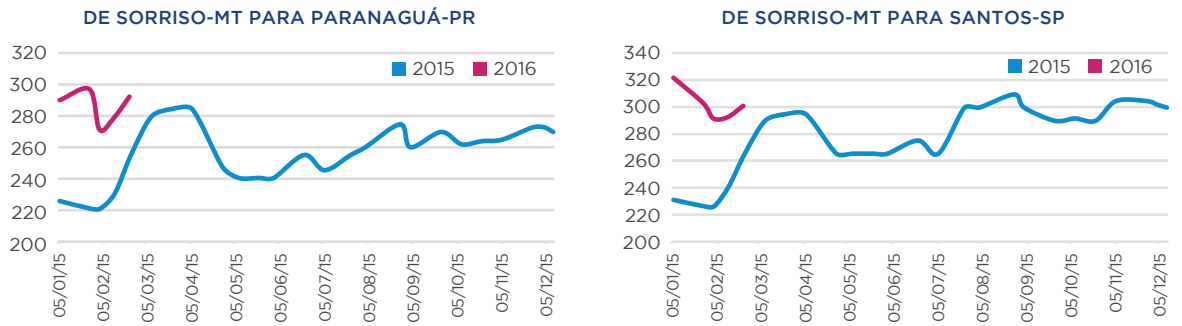
BRASIL: EXPORTAÇÕES DE MILHO E SOJA EM GRÃO EM 2015
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: MDIC; compilação: Scot Consultoria

FRETE RODOVIÁRIO CARRETEIRO, SEM A TAXA DA TRANSPORTADORA E SEM ICMS, DE SORRISO-MT PARA PARANAGUÁ-PR E SANTOS-SP

(R$ POR TONELADA)



Fonte: IMEA; Scot Consultoria

A preocupação, agora, é com a intensidade do movimento de caminhões nas rodovias e dos navios nos portos do País. A partir de fevereiro, o escoamento da produção nacional começa a aumentar. O problema agrava-se diante do déficit de armazenagem existente e do aumento da produção de grãos safra a safra.

Na soja, as exportações ocorrem, normalmente, em maior volume no primeiro semestre. No final de 2015 e no primeiro bimestre deste ano, em particular, houve uma maior movimentação com milho, principalmente para as exportações.

Devido à correria para transportar a safra de milho, os preços do frete carreteiro subiram a partir do segundo semestre de 2015. Essa ascensão acompanhou a maior demanda por caminhões até o porto. Levantamento do IMEA aponta aumento no preço da tonelada do frete de Sorriso-MT até o Porto de Paranaguá-PR de R$ 240,00 por tonelada, em julho de 2015, para R$ 292,50, em janeiro de 2016 – um aumento de 21,9%. Já para o transporte até o Porto de Santos-SP, o preço médio da tonelada cresceu de R$ 265,00, em julho do no passado, para R$ 300,00, em janeiro de 2016 – uma alta de 13,2%.

Além da maior demanda por transporte rodoviário na época de colheita, as altas de preços dos combustíveis e dos pedágios impactaram no custo do frete. Por sua vez, houve queda na oferta de caminhões, com a crise econômica e menor investimentos por parte das empresas transportadoras. Houve redução das manutenções dos veículos e da compra de unidades novas.

Considerando o frete médio (frete carreteiro) em fevereiro deste ano, na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve alta de 27,2% para o percurso de Sorriso-MT até o Porto de Paranaguá-PR. Se o destino for o Porto de Santos, a alta foi de 25,0%.

As exportações brasileiras de soja devem ganhar ritmo daqui para frente, com o avanço da colheita. A Scot Consultoria estima que entre 30% e 35% da soja colhida na safra 2015/16 foram colhidos até o começo deste mês. Com isso, restam entre 65 milhões e 70 milhões de toneladas de soja para serem colhidos e transportados a um armazém ou a algum porto para exportação.

Além disso, os embarques de milho devem continuar aquecidos até o final do primeiro quadrimestre, ainda que estejam perdendo espaço gradualmente para os embarques de grão, farelo e óleo de soja. Ou seja, a maior concorrência por caminhões para transporte de grãos é um fator de alta para o preço do frete no mercado interno, que já se deparou com um reajuste no final do ano passado.

Para uma comparação, em 2015, entre janeiro e abril, período de colheita da safra de verão, o preço do frete subiu, em média, 30,3% no Mato Grosso. Para este ano, a alta esperada é próxima da registrada no ano passado, ao redor de 30,0%. Os valores médios do frete podem superar a barreira de R$ 340,00 por tonelada para o trecho de Sorriso-MT até os Portos de Paranaguá-PR e Santos-SP. ■

BIODIESEL

NOVA LEGISLAÇÃO CONTRIBUIRÁ PARA MAIOR DEMANDA

CARLO LOVATELLI
Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

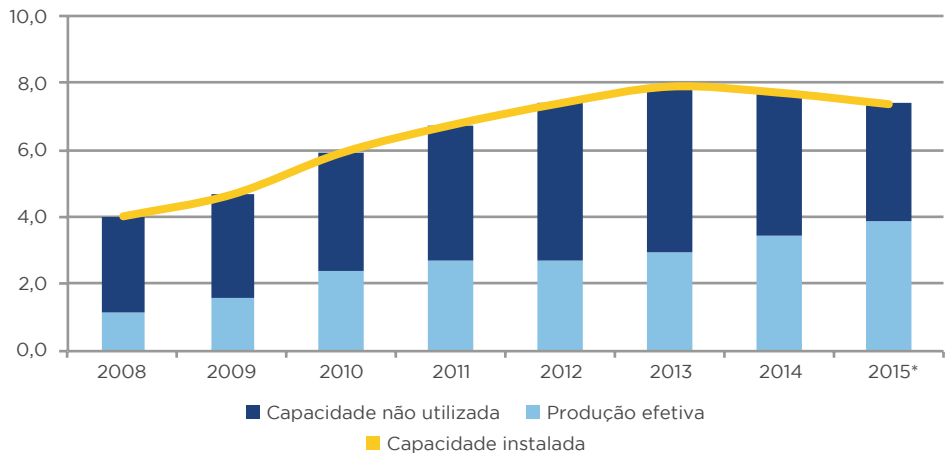
O PROGRAMA Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), instituído em 2005, fortaleceu-se nos últimos anos, especialmente em 2015, quando várias medidas foram adotadas para ampliar o uso do biocombustível e, consequentemente, torná-lo mais sólido e maduro. Por isso, iniciamos 2016 prevendo aumento da demanda e mais competitividade para o segmento.

Confiante nesse prognóstico, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), entidade representativa das indústrias processadoras de oleaginosas e produtoras de biodiesel, avalia que, mais de dez anos após a criação do PNPB, este biocombustível, cujas principais matérias-primas são o óleo de soja e as gorduras animais, consolidou sua imagem positiva frente ao Governo e à sociedade.

Essa conclusão baseia-se em comprovados benefícios que o biodiesel gera ao meio ambiente, à saúde da população, sobretudo nas grandes cidades, à balança comercial e à agricultura familiar, que fornece mais de 25% de toda a matéria-prima agrícola usada na produção do biocombustível; além, é claro, dos empregos diretos e indiretos envolvidos na cadeia produtiva de extração de óleos e gorduras e produção de biodiesel e da maior segurança energética assegurada ao País, que ainda depende da importação de diesel mineral para abastecer sua demanda.

Em 2015, houve consolidação do B7 (7% na mistura do biodiesel ao diesel mineral) e fortalecimento dos compromissos ambientais internacionais (Conferência do Clima – COP-21, em Paris, em dezembro), o que resultará em aumento da demanda global por combustíveis renováveis.

PRODUÇÃO EFETIVA, CAPACIDADE INSTALADA ATIVA E CAPACIDADE NÃO UTILIZADA DAS USINAS DE BIODIESEL NO BRASIL
(EM BILHÕES DE LITROS)



* O dado de 2015 é uma estimativa da ABIOVE
Fonte: ANP; elaboração: ABIOVE

SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL

A concessão do Selo Combustível Social (SCS) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é obrigatória para a participação das usinas de biodiesel nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O Selo permite, também, às empresas produtoras de biodiesel o acesso às alíquotas de PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, que variam de acordo com a matéria-prima adquirida e a região da aquisição, além de incentivos comerciais e financiamento.

Os resultados de dez anos do SCS deixam claro que é possível agricultores familiares e indústrias trabalharem de forma eficiente e harmoniosa para atingir finalidades econômicas e sociais.

Como contribuição a estes compromissos, registre-se que o B7 evita a emissão de 7,3 milhões de toneladas de CO2 equivalentes por ano, como revela o estudo "Benefícios Ambientais da Produção e do Uso de Biodiesel", publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Já o uso do B10 representaria cerca de 10,4 milhões de toneladas evitadas de CO2 equivalentes. Cada ponto percentual a mais de biodiesel mandatório, no Brasil, é equivalente ao plantio de 7,2 milhões de árvores. O maior uso do biodiesel gera impactos benéficos à saúde, haja vista que as emissões de materiais particulados, hidrocarbonetos e monóxido de carbono são menores do que as do diesel mineral.

Outra medida de 2015 é o uso autorizativo de biodiesel de 20% nas frotas rodoviárias cativas ou que tenham abastecimento próprio, 30% no transporte ferroviário ou no abastecimento de máquinas agrícolas e industriais, e 100% para uso experimental ou específico. Essa política, adotada via Resolução nº 3/2015, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), facilitará a aquisição do produto por distribuidoras de combustíveis, especialmente em épocas e regiões em que o biocombustível tem preço mais competitivo do que o diesel mineral. Tornará o mercado de combustíveis como um todo mais racional e eficiente, o que, certamente, beneficiará empresas demandantes de grandes volumes de diesel, reduzindo seus custos de transporte. Nesse contexto, a ABIOVE prevê considerável potencial de consumo do biodiesel autorizativo, em especial nos estados distantes das refinarias e com forte vocação agrícola, a exemplo de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Outro avanço ocorrido em 2015 e que terá efeitos positivos em 2016: o entendimento entre produtores de biodiesel e o Governo na definição do cronograma de aumento da mistura obrigatória de 7% para 10% em um período de três anos – e para até 15% nos anos seguintes –, projeto de autoria do senador Donizeti Nogueira (PT-TO). O Projeto de Lei do Senado nº 613/2015 tramita, agora, na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 3.834/2015), sendo esperada sua aprovação em 2016. Isso acontecendo, começarão os testes em motores ciclo diesel para B10 e B15, a fim de se validar a elevação da mistura obrigatória.

A indústria nacional de biodiesel deve fechar 2015 com cerca de 4 bilhões de litros para atender a mistura obrigatória de 7%, mas tem capacidade para produzir mais de 7 bilhões. Portanto, o segmento tem condições de atender as novas medidas já em curso e as previstas para 2016.

O biodiesel deve entrar mais significativamente nas agendas municipais e estaduais de transporte público. O município de São Paulo, por exemplo, deve preparar-se para atender a Lei Municipal nº 14.933/2009, a qual prevê o uso crescente de combustíveis renováveis na frota de ônibus urbanos. Para tanto, a cidade de São Paulo poderá usar biodiesel em sua frota de ônibus de forma gradativa, a fim de cumprir o determinado pela legislação e, com isso, incentivar programas de coleta de óleo de fritura.

Também merece menção o potencial de crescimento do biodiesel na região Norte do País, com destaque para a produção de óleo de palma. Com o zoneamento agroecológico da palma, é possível aumentar a produção de forma expressiva e sustentável deste óleo vegetal e ampliar a oferta de matérias-primas para o biocombustível. ■

sicredi.com.br
gentequecooperacresce.com.br

morya

A vida é melhor quando é cooperativa.

Seja no campo ou na cidade.

Quando o crescimento de um fortalece o outro, todo mundo ganha. Este é o nosso jeito de pensar, o jeito de uma instituição financeira cooperativa. O Sicredi oferece um atendimento próximo, com soluções adequadas às necessidades de cada produtor rural. Assim nos tornamos, pela quarta vez consecutiva, a 3ª maior[1] instituição financeira do País em crédito rural e o agente financeiro que liberou o maior volume de recursos para a agricultura familiar na safra 2014-2015. Venha para o Sicredi.

[1]Fonte: Especial Melhores e Maiores 2015 da Revista Exame. SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.



• Cartões • Poupança
• Empréstimos e Financiamentos
• Consórcios • Seguros

Sicrediagro

GENTE QUE COOPERA CRESCE.

SICREDI

SMART FARMING

PODE TRAZER GANHOS AO AGRONEGÓCIO?

DIEISSON PIVOTO[1] GIANA DE VARGAS MORES[2]
ROBERTO FRAY DA SILVA[3] BRUNO RÓGORA KAWANO[4]
EDSON TALAMINI[5]

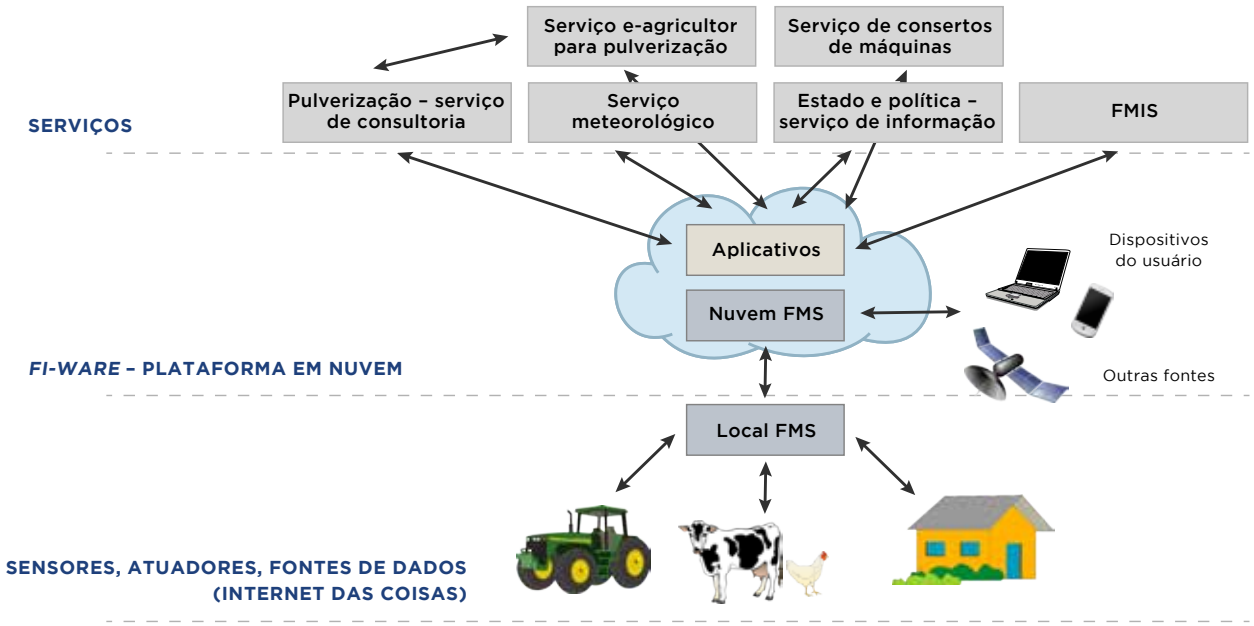
ATUALMENTE, É possível observar produtores rurais realizando operações agrícolas seja em casas de vegetação, criadouros de aves ou, mesmo, no campo em tempo real, a distância, longe da propriedade agrícola. Isso pode ser realizado por diferentes meios: *smartphones*, *tablets*, computadores. Essas operações gerenciadas a distância são exemplos de aplicações de uma área denominada *smart farming* (fazenda inteligente) ou *smart agriculture* (agricultura inteligente), que ganhou destaque na última década.

A disseminação de ferramentas relacionadas às tecnologias de informação e comunicação no meio rural e em sistemas de produção não é recente, entretanto vem crescendo nos últimos anos, com o investimento de empresas de máquinas e implementos agrícolas no setor. Sensores eletrônicos e atuadores utilizados em indústrias de grande porte começam a se tornar acessíveis a estabelecimentos agropecuários de diferentes portes.

ISTOCKPHOTO



VISÃO SIMPLIFICADA DE UMA PROPRIEDADE AGRÍCOLA COM *SMART FARMING*



Fonte: adaptado de Wageningen UR, 2014

Acredita-se que há uma tendência à geração de uma maior quantidade de dados específicos para pequenas áreas, ou pequeno número de animais, o que permite o fornecimento de dados e informações importantes para os tomadores de decisão. Estas informações podem permitir que o setor melhore a eficiência de diferentes operações agrícolas, resultando em menores custos para a fazenda.

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS DAS TECNOLOGIAS DE *SMART FARMING*?

O aumento da quantidade de dados e informações úteis para a tomada de decisão e a otimização dos processos agrícolas estão entre os principais benefícios da adoção de ferramentas de *smart farming* em propriedades rurais e cadeias produtivas.

A possibilidade de reduzir o emprego de mão de obra em função desses fatores consiste em outro benefício de *smart farming*. Um exemplo é o de criações de aves, suínos e pecuária leiteira, em que a automação tem reduzido o número de colaboradores necessários para o manejo do rebanho. Ao mesmo tempo, não há necessidade que o gerente da propriedade esteja presente nas operações, podendo melhorar a gestão de seu tempo e focar em atividades com maior geração de valor.

A redução de falhas humanas pode ser apontada como a terceira vantagem do emprego de *smart farming*. Em um trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 2014, as ferramentas de agricultura inteligente, especialmente a eletrônica embarcada em máquinas e equipamentos agrícolas, foram responsáveis pela redução da dependência da habilidade e da experiência dos operadores nas operações agrícolas, mantendo as máquinas e os equipamentos dentro dos parâmetros de operação e configurações recomendados.

A adoção de ferramentas de *smart farming* abre espaço para novos agentes nas cadeias produtivas do agronegócio, como empresas de consultoria, especialmente *start-ups*, especializadas em análise e gestão de dados. Novos serviços e aplicativos sur-

girão nesse segmento, disponibilizando ferramentas para melhorar a gestão dos negócios agrícolas, além do compartilhamento de informações com outros agentes, o que permite reduzir tempos de trânsito e estoques de produtos e matérias-primas.

APLICAÇÕES DAS FERRAMENTAS DE *SMART FARMING*

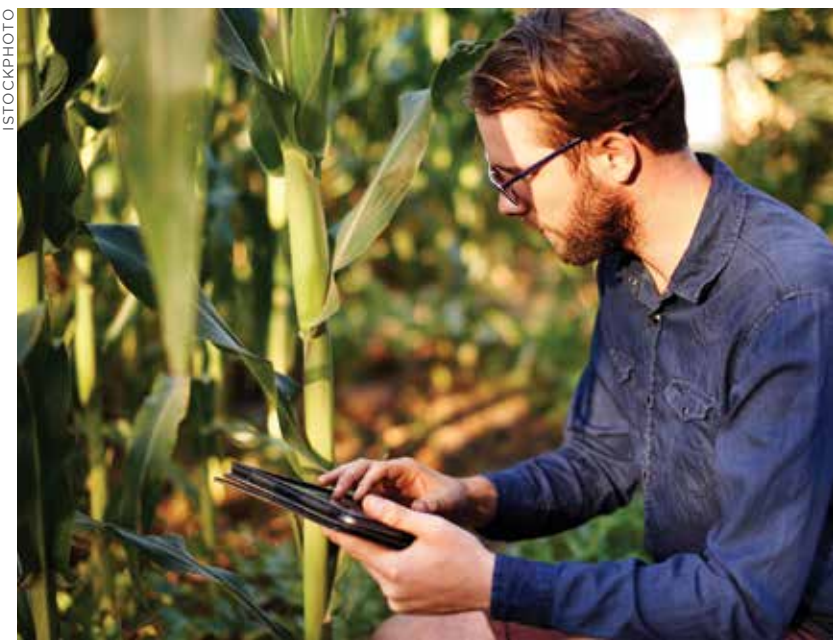
Estão entre as aplicações de *smart farming*: comparação do desempenho de máquinas e operadores da propriedade; avaliação de erros de aplicação de produtos de diferentes naturezas; configurações automatizadas para o uso de máquinas e equipamentos agrícolas; controle e manejo a distância de irrigação; diagnóstico fitossanitário remoto; compartilhamento de informações entre os agentes das cadeias de suprimentos; serviços meteorológicos customizados; informações detalhadas de custos, erros e perdas de operações em escalas reduzidas.

Algumas culturas apresentam destaque na aplicação de *smart farming* no Brasil, devendo-se citar a cana-de-açúcar, os grãos, o setor florestal e a pecuária leiteira. Na cana-de-açúcar, destacam-se, entre as principais ferramentas de *smart farming*: telemetria (transmissão de dados a distância) para a gestão de frota e comunicação com a indústria processadora; monitoramento de erros de aplicação; uso de veículos aéreos não tripulados para análises da área foliar; sistemas para aplicação de insumos a uma taxa variável.

Observa-se o aumento dessas tecnologias em culturas como soja, milho e cereais de inverno. Entre os produtos oferecidos pelas empresas para estas culturas, estão sistemas de piloto automático, *softwares* para aplicação a uma taxa variável e mensuração de erros, sistemas para mapeamento da produtividade agrícola, leitores de biomassa das plantas para recomendação de adubação, ferramentas para automação das máquinas e dos equipamentos. As empresas de prestação de serviços e venda de insumos também estão inseridas nesse mercado, como é o caso da indústria de máquinas e implementos agrícolas.

De um lado, as propriedades agrícolas de maior escala tendem a ser as adotantes preferenciais de *smart farming*, em razão da demanda por maiores organização e planejamento das atividades; de outro lado, a redução de custos destas tecnologias tem possibilitado a adoção em pequenas unidades produtivas. ■

ISTOCKPHOTO



1 Engenheiro agrônomo, mestre e doutorando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

2 Economista, especialista em Economia e Gestão Empresarial e mestra e doutoranda em Agronegócios pela UFRGS

3 Engenheiro agrônomo e mestre em Engenharia de Sistemas Logísticos pela Universidade de São Paulo (USP)

4 Engenheiro agrônomo, mestre em Planejamento de Sistemas Energéticos e doutorando em Engenharia Elétrica pela USP

5 Economista, mestre e doutor em Agronegócios pela UFRGS e professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Agronegócios também da UFRGS

PUBLIQUE



Olhar a pecuária do futuro

O Caderno Especial da Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) traz como destaque a posse de uma nova gestão para a Diretoria no biênio 2016-2017, após realizar, com amplo sucesso, no final de 2015, o seu 9º Simpósio Nacional. A entidade representa um setor de negócios de vital importância para o progresso tecnológico da pecuária brasileira. Há muito espaço para avançar: menos de um terço do rebanho brasileiro, que é praticamente tratado em pastagem, recebe a suplementação mineral.

Diante de um cenário interno complicado em termos econômicos e políticos, o desafio de traçar previsões de curto prazo fica muito difícil. A pecuária normalmente requer uma visão de longo prazo. Nos três últimos anos, o resultado econômico da criação pode ser considerado favorável, com capitalização. O mercado futuro aponta preços firmes e estáveis. A esperada virada no ciclo de retenção de fêmeas estará mais bem definida nos próximos meses.

Em tempos bicudos e de dificuldades como o presente, a pecuária sempre reforça o conceito tradicional de reserva de valor. É muito oportuno, agora, verificar se essa fase faz-se ainda presente ou se foi superada. A verdade inconteste é que a exploração melhora a taxa de desfrute e aumenta o peso do animal para abate, com patamar superior de qualidade e produtividade.

GESTÃO PARA 2016-2017

Presidente: Nelson de Souza Lopes
Diretora: Elizabeth Chagas
Diretor vice-presidente: Leonardo Cerise Junior
Diretor primeiro secretário: José Luiz Bianchi
Diretor segundo secretário: Denise Gregori
Diretor primeiro tesoureiro: Daniel Guidolin
Diretora segunda tesoureira: Arlete Adames

Diretoria e Conselho da ASBRAM



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE NELSON LOPES

COMO ANALISAR O DESEMPENHO DA ENTIDADE?

A ASBRAM congrega as indústrias brasileiras produtoras de suplementos para a pecuária. Reúne 64 associadas, estabelecidas em doze estados. Com isso, detém a produção majoritária do segmento da suplementação. Essa conquista, sem dúvida, representa um trunfo positivo, seja por parte da Diretoria, seja por parte dos associados. O setor triplicou as suas vendas nos últimos dez anos. Temos de acompanhar esse ritmo de expansão.



ASBRAM.ORG.BR

A DIRETRIZ PROSSEGUIRÁ NA MESMA LINHA?

Temos de levar em conta o grande mérito das Diretorias passadas no esforço de terem conseguido a confiança e incentivado um relacionamento mais profundo com os associados. As empresas se sentiram atraídas. Esse contato direto e rotineiro facilita a troca de informação e o ganho de credibilidade entre a associação e o associado. A parcela de pecuaristas tecnificados cresce no consumo de suplementos, que aceleram a recria e possibilitam a terminação intensiva, tanto em confinamento, quanto a pasto.

E O MERCADO DE SUPLEMENTOS MINERAIS EM TEMPOS DE CRISE?

No começo de 2015, o setor tinha a expectativa de manter um avanço de dois dígitos nas vendas, como no ano anterior. Esta previsão não aconteceu. Convivemos com um cenário econômico cercado de fortes fatores negativos. Mesmo assim, analisamos que o resultado ainda é satisfatório. O faturamento refletiu o crescimento modesto nas vendas, diante da necessidade de o setor minimizar o impacto da inflação e da alta de 49% no dólar. A maioria dos insumos empregados na composição das misturas minerais (fosfato bicálcico, ureia, enxofre e aditivos) é importada, enquanto os suplementos farelados encareceram face à alta dos grãos (milho e soja). Enfrentaremos margens apertadas e concorrência acirrada neste ano.

QUAIS SÃO AS PRIORIDADES PARA O PRÓXIMO BIÊNIO?

De uma maneira geral, assistimos a uma modernização sem precedentes na base industrial e gerencial das associadas. O grande desafio consiste em ampliar o quadro associativo para uma participação de 25% do universo de trezentas empresas existentes no setor. Como entidade de classe, o nosso foco deve ser no sentido de trazer mais empresas, para trabalharmos com mais força e unidos. Se dermos esse passo, ganharemos mais corpo para atuação em benefício do setor. Temos contrato com empresa de consultoria: o associado possui acesso somente aos dados da sua empresa e da média dos associados.

Memórias do 9º Simpósio Nacional da Indústria de Suplementos Minerais – "Como crescer e ter lucro frente à crise de água e energia"

ABERTURA

Elizabeth Chagas, diretora executiva da ASBRAM:

"A presença crescente de participantes neste Simpósio mostra o grau de maturidade profissional conquistado pelo setor ao longo desses anos."

Lauriston Bertelli, presidente na gestão 2014-2015 e executivo da Premix:

"Como protagonistas aqui reunidos, sentimos que só com trabalho venceremos os erros relacionados com as atitudes equivocadas em torno da gestão econômica do País."

Nelson Lopes, presidente na gestão 2016-2017 e presidente da Vaccinar Nutrição e Saúde Animal:

"Pretendemos continuar esse trabalho fértil de convencimento e de geração de informação. Quanto mais empresas envolvidas, maior a confiança no ambiente de negócio."

PALESTRA INAUGURAL

Eduardo Pedroso, diretor de Originação da JBS:

"A necessidade de buscar soluções faz as pessoas pensarem de forma mais adequada. Há muitas maneiras para conquistar lucro, mas é preciso consciência do que está sendo feito. Cabe refletirmos o modelo mental do negócio."



1ª PALESTRA

Nicolette Hahn Niman, escritora e pecuarista norte-americana, autora do livro *Defending Beef*, com artigos publicados nos jornais The New York Times e Los Angeles Times:

"A Organização Mundial da Saúde (OMS) não possui estudo específico para afirmar que as carnes processadas e frescas aumentam as possibilidades de câncer colorretal. Este risco é pequeno, se compararmos com o do cigarro em relação ao câncer de pulmão."

2ª PALESTRA

Maurício Palma Nogueira, diretor da AGROCONSULT:

"Os ataques sofridos pelo agronegócio no Brasil e no mundo são uma guerra de comunicação, e não de informação. Falta muita base científica. É preciso difundir melhor as práticas utilizadas na produção agropecuária."



ASBRAM.ORG.BR

3ª PALESTRA

Greg Young, sócio fundador da LeaderShape:

"Um bom plano de ação deve convencer os colaboradores. O documento deve abrir caminhos, criar oportunidades e proporcionar iniciativas. Como querem participar e se comprometer com a decisão, as pessoas querem líderes inspiradores pela sua legitimidade."

4ª PALESTRA

Felippe Cauê Serigati, professor da Fundação Getulio Vargas:

"Precisamos de reformas estruturais. O desarranjo envolve descontrole nos gastos públicos, inflação de dois dígitos e PIB negativo. Falta de dinheiro e taxa de juros em alta não atraem investimento. Teremos uma transição demorada, independentemente de quem esteja no poder."

5ª PALESTRA

Alcides Torres, sócio fundador da Scot Consultoria:

"A 3ª Pesquisa da ASBRAM mostrou que os consumidores pretendem usar produtos mais completos, mas há problemas na assistência técnica. Por isso, trabalhar na percepção de valor do produto é o caminho para ganhar mercado."

6ª PALESTRA

Pedro Janot, com experiência na administração de corporações empresariais:

"Os bons resultados das empresas são conquistados com equipes motivadas. Em momentos de crise como o atual, é importante apresentar otimismo e atenção aos colaboradores. Decidam a governança em seu negócio: da responsabilidade ou do chicote?"

3ª PESQUISA CONSUMIDORES DE SUPLEMENTOS MINERAIS (SM)

COMPRA/FONTE
- Fábrica: 75,2%;
- Revenda: 18,1%;
- Cooperativas: 9,6%.

TIPO
- SM pronto: 67,7%;
- Proteinado de baixo consumo: 50,1%;
- Proteinado de alto consumo: 21,1%;
- SM para diluir: 15,2%;
- SM energético: 10,4%;
- Sal branco: 10,0%.

ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE SM
- Encontros e palestras: 57,9%;
- Revistas e informativos: 39,2%;
- Internet: 31,5%;
- Consultoria: 31,2%;
- Vendedor: 22,9%;
- TV: 22,7%;
- Indicação: 20,8%;
- Mala direta/Outros: 2,9%.

COCHOS
- Cobertos: 50,0%;
- Descobertos: 21,0%;
- Ambos: 28,3%.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO
- Completo: 48,0%;
- Engorda e recria: 22,7%;
- Cria: 9,1%;
- Cria e recria: 8,0%;
- Engorda: 5,9%;
- Recria: 4,8%;
- Cria e engorda: 3,6%.

TIPOS DE ENGORDA
- Pasto: 63,8%;
- Confinamento: 11,3%;
- Ambos: 24,9%.

PRÁTICAS NA PROPRIEDADE
- Adubação: 69,1%;
- Controle de plantas invasoras: 90,7%;
- Com mão de obra especializada: 74,4%;
- Desenvolvimento de gestão: 82,7%.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO USO DE SM
- Empresa: 50,9%;
- Particular: 39,5%.

COMPRA DE EMPRESAS (2014)
- Uma só: 54,8%;
- Duas: 34,0%;
- Três ou mais: 11,0%.

POR QUE COMPRA DE ÚNICA EMPRESA
- Qualidade;
- Histórico;
- Hábito;
- Preço;
- Atendimento;
- Assistência;
- Entrega.

MOTIVOS DA COMPRA
- Resultado;
- Composição;
- Certificação;
- Entrega;
- Vendedor.

MOTIVOS PARA NÃO COMPRAR
- Qualidade;
- Resultado;
- Consumo;
- Entrega;
- Assistência.

EXPECTATIVA DE COMPRA DE SM NO FUTURO
- Uso de SM por cabeça: 63,7% aumentarão;
- Controle no consumo de SM: 75,2%;
- Treina quem trata no cocho: 69,9%.

Pesquisa coordenada pela Scot Consultoria junto a 500 pecuaristas (375 de corte e 125 de leite), com rebanhos de 40 cabeças a 100 mil (média de 5 mil cabeças), divididos em 3 faixas: até 1.000, de 1.000 a 5.000 e acima de 5.000.

PUBLIQUE



Comercialização de suplemento mineral

Em 2015, o setor de suplementação mineral produziu 2,7 milhões de toneladas, 4% a mais do que em 2014, quando entregou 2,6 milhões de toneladas. Já o faturamento cresceu 19,5%, passando de R$ 3,6 bilhões para R$ 4,3 bilhões, de acordo com as estatísticas da ASBRAM.

Dois pontos podem ser apontados como os principais responsáveis pelo baixo incremento na comercialização: (i) a estiagem amena diminuiu a demanda por suplementos; e (ii) a alta pressão nos produtos, em decorrência dos reajustes nos valores das matérias-primas, importadas, especialmente do fosfato bicálcico, com desvalorização do real frente ao dólar.

A subida nos custos de produção deixou os produtores mais cautelosos nas aquisições de suplementos. Essa situação está frustrando os planos de vendas das empresas.

Especialmente por deterem as maiores quantidades do rebanho nacional, as regiões Centro-Oeste e Norte concentram as vendas de suplementos minerais. Com oferta boa e próxima de grãos, junto com o programa de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), a terminação a pasto passou a ser uma opção interessante para o criador no Centro-Oeste. No Norte, diante da seca, para os animais não perderem peso, a saída foi alimentar os animais à base de farelo e ração. ■

BRASIL: CONSUMO DE SUPLEMENTOS MINERAIS
(2014)

ESTADO	PART. %
Mato Grosso	17,3
Mato Grosso do Sul	17,1
Goiás	15,1
Rondônia	10,5
São Paulo	8,3
Minas Gerais	7,1
Pará	5,2
Tocantins	3,7
Outros	15,7

Fonte: ASBRAM

BRASIL: MERCADO DE SUPLEMENTOS MINERAIS
(MIL TONELADAS)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
2004	1.850	2010	2.150
2005	1.750	2011	2.350
2006	1.750	2012	1.900
2007	1.800	2013	1.950
2008	1.900	2014	2.480
2009	1.770	2015	2.600*

* Preliminar
Fonte: ASBRAM



ISTOCKPHOTO

Exportação de grãos no Brasil

Crescimento e competitividade

APOSIÇÃO de maior país fornecedor de soja do mundo, ao lado dos Estados Unidos, começou a ser conquistada pelo Brasil a partir da promulgação da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir. Esta legislação desonerou a cobrança do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) a produtos destinados à exportação. Para o setor exportador, a medida foi uma conquista histórica junto ao Governo e ao Congresso Nacional.

Desde então, o crescimento das exportações da soja brasileira foi exponencial. Até 2015, houve um aumento nos volumes anuais de três vezes e meia na produção e de quatorze vezes nos exportados. Com mais liberdade empresarial e orientação para o mercado, os produtores correram atrás de alternativas para aumentar a produção e a produtividade, com aplicação de tecnologia alinhada às boas práticas agrícolas. Junto a isso, houve substancial apoio da pesquisa, seja do lado do Governo, seja do lado da iniciativa privada.

O Brasil teve êxito ao aproveitar uma janela excepcional de oportunidade, frente a uma demanda internacional crescente pela soja, principalmente por parte da China, seu principal cliente internacional, para onde se destinam mais de 75% das suas exportações.

BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DA EXPORTAÇÃO DE SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS)

SAFRA	1994/95	1999/00	2004/05	2009/10	2014/15
Produção	25,7	32,8	52,3	68,6	96,2
Exportação	3,4	11,5	22,4	29,0	54,3

Fonte: Conab/MAPA

PAPEL DA ANEC

Fundada em 1965, com o objetivo de fomentar, auxiliar e incentivar o desenvolvimento do setor exportador de grãos no Brasil, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), ao longo de seus cinquenta anos de existência, acolheu importantes conquistas. Em 2015, as exportações de grãos chegaram ao patamar de principal setor da balança comercial brasileira, com uma receita de US$ 35,4 bilhões.

Como entidade representativa, a ANEC se tornou referência após a criação de seus contratos-padrão para exportação de soja, milho, farelo e óleo de soja, que estabeleceram regras e procedimentos reconhecidos e aceitos internacionalmente, de modo a conferir às exportações brasileiras a confiança do mercado mundial.

Apesar da crise econômica mundial vivenciada nos últimos anos, o setor exportador de soja manteve seu ritmo de crescimento, batendo recordes seguidos de exportação. Em 2015, pela primeira vez na história, ultrapassou a marca de 50 milhões de toneladas exportadas no ano.

Agora, novos desafios precisam ser enfrentados e superados. Os exportadores deparam-se com a questão de como manter o ritmo de crescimento das exportações de soja. É preciso superar as dificuldades decorrentes da falta de infraestrutura nas áreas de transporte e portuária.

A desobstrução desses gargalos é necessária para atender a crescente demanda do mercado mundial: em 2020, as embarcações estarão próximas de 110 milhões de toneladas. Nessa conta, não entra o milho, cujas exportações passaram de 9,3 milhões de toneladas para 29,7 milhões de 2011 a 2015.

É sabido e alarmado para o poder público, há mais de uma década, que a infraestrutura de transporte, dos principais centros de produção agrícola até os grandes portos do País, é totalmente inadequada, baseada no transporte rodoviário, mais caro e ineficiente em comparação a outros modais, como o ferroviário ou hidroviário.

De fato, a falta de infraestrutura portuária ao norte do País obriga os exportadores a percorrem mais de 1.000 quilômetros de distância, desde os pontos de origem da produção até os principais portos do sul do País, como Santos, Rio Grande, São Francisco do Sul e Paranaguá. Essa demanda causou, nos últimos anos, um estrangulamento destes embarcadouros, sobrecarregados com os volumes cada vez maiores de soja e milho a serem embarcados.

Entretanto, esse cenário deve mudar nos próximos anos. A principal razão são os investimentos públicos e privados realizados na região Norte do País. Muitos portos e terminais exclusivos para o embarque de grãos foram construídos e ampliados.

A busca para descongestionar os embarques pôde ser constatada com maior intensidade em 2015. Nesse exercício, cresceram as quantidades de soja embarcadas nos portos do chamado Arco Norte do País, em especial os Portos de Barcarena (Pará) e São Luís (Maranhão).


ISTOCKPHOTO

Esse movimento de cargas de soja rumo aos portos do Arco Norte do País (Paralelo 16º Sul) deve intensificar-se ainda mais. Se as culturas tiverem desempenho normal na safra 2015/16, as vendas externas de grãos para 2016 podem ser projetadas em 54 milhões de toneladas para a soja e 30 milhões para o milho. O cenário é de redução dos custos de frete (em torno de US$ 50 por tonelada) e uma demanda ainda maior nos portos do Arco Norte.

Com as obras de infraestrutura de transporte, como a pavimentação da BR-163, bem como a construção das ferrovias contempladas no PAC Logístico do Governo, a competitividade nacional muda: fica mais barato enviar navios com destino à Europa, ao Norte da África e a países do Oriente Médio.

A ampliação de rotas de escoamento por diferentes regiões do País possibilitará ao exportador escolher a melhor opção para cada operação. O resultado serão maiores eficiência e economia para as empresas, com aumento da competitividade da soja brasileira frente aos seus principais concorrentes internacionais. A ANEC empenhará esforços nos próximos anos para que esse quadro ideal se torne uma realidade.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SOJA EM GRÃO
(MIL TONELADAS)

PORTO	2015 (A)	2014 (B)	VAR (A)/(B) %
Santos (SP)	12.179	12.449	-2,17%
Rio Grande (RS)	11.556	8.121	42,30%
Paranaguá (PR)	8.431	7.349	14,72%
Itaqui/São Luís (MA)	4.750	3.014	57,60%
São Francisco do Sul (SC)	4.479	4.757	-5,84%
Vitória (ES)	3.800	3.215	18,20%
Barcarena (PA)	2.122	1.108	91,52%
Aratu/Cotegipe (BA)	2.723	2.002	36,01%
Santarém (PA)	989	887	11,50%
Itacoatiara (AM)	1.652	1.388	19,02%
Imbituba (SC)	254	513	-50,49%
Ilhéus (BA)	–	172	–
Barra dos Coqueiros (SE)	127	–	–
Total	**53.062**	**44.975**	**17,98%**

Fonte: ANEC



ISTOCKPHOTO

ISTOCKPHOTO



ENTRAVE PARA A COMPETITIVIDADE

Devido aos elevados custos de frete no transporte interno, a competitividade brasileira fica comprometida frente aos seus principais concorrentes no mercado internacional, como os Estados Unidos e a Argentina. O agronegócio, principal projeto para o desenvolvimento nacional, precisa ser analisado por uma visão integral do País. Todos os estados devem estar unidos nessa prioridade. O entendimento da área tributária deve levar em conta o "ganha-ganha" de todos, sem fragmentação entres as partes.

Aqui, o transporte de cargas no setor de grãos é feito, predominantemente, por meio de rodovias. Este modal é ineficiente e oneroso quando utilizado para grandes distâncias, como é o caso da grande maioria das operações no País. A receita do produtor de soja brasileiro diminui, já que os custos de frete são descontados do valor pago pela compra de sua produção. A diferença de US$ 39 por tonelada na receita final do produtor, observada em 2015, já foi de quase US$ 100 em 2012, tendo diminuído em função da desvalorização do real frente ao dólar. ■

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS UNIDOS – COTAÇÃO, FRETE, DESPESA PORTUÁRIA E RECEITA
(EM TONELADAS)

PAÍS	ITEM	2006	2009	2012	2015
	1. Cotação	**227**	**399**	**526**	**356**
Brasil	2. Frete + despesa portuária	57	84	104	62
	3. Receita (1 - 2)	170	315	422	294
Argentina	2. Frete + despesa portuária	20	21	26	26
	3. Receita (1 - 2)	207	378	500	330
Estados Unidos	2. Frete + despesa portuária	18	18	23	23
	3. Receita (1 - 2)	209	381	503	333

Fonte: ANEC; USDA; MAGYP

> O SETOR QUE É O MOTOR DA NOSSA ECONOMIA CONTINUA CARREGANDO O PAÍS. E CONTA COM A AJUDA DA GIG.

A GIG É MAIS DO QUE UM AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, ASSESSORIA DE IMPRENSA OU CONSULTORIA. POR ISSO, FAZ MAIS DO QUE CONTAR HISTÓRIAS. REUNINDO VÁRIAS INTELIGÊNCIAS, A GIG PLANEJA, CRIA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E MOSTRA PARA O MUNDO TODO O VALOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. ANDEF, ASSOCON, CITRUSBR, ABIEC, MONSANTO, AGRO TOOLS, AGROCONSULT, ÚNICA, GRUPO RONCADOR E OUTROS GRANDES NOMES DO NOSSO AGRONEGÓCIO TÊM HISTÓRIAS DE SUCESSO COM A GIG. VENHA FAZER A SUA.

WEAREGIG.COM
CONTATO@WEAREGIG.COM
+55 11 2308.8854

PIB BRASILEIRO: QUEDA DE
*3%**

AGRONEGÓCIO: EXPANSÃO DE
*2,4%***



GIG GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

*De acordo com as estimativas de economistas independentes, analistas de bancos e corretoras. **Em 2015, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

ALIMENTOS E COMUNICAÇÃO

A PAUTA QUE VAI ÀS MESAS

ANTONIO CARLOS MOREIRA

Jonalista, pós-graduado em Economia de Empresas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas associada à Universidade de São Paulo (Fipe-USP) e em Derivativos e Informações Econômico-Financeiras pela Fundação Instituto de Administração também associada à USP (FIA-USP) e gerente de Comunicação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O jornalismo brasileiro, de indiscutível qualidade, demonstra, porém, resistência na apuração de temas de cunho técnico-científico. De fato, Ciência não é a editoria mais almejada nas redações; nestas, são mais atraentes reportagens que dizem respeito ao grande público – Esportes, Cultura, Lazer e notícias do mundo artístico. Ou seja, pouco lhes interessa reportagens áridas – por exemplo, sobre os insumos usados na fabricação de produtos. Pois bem. Vale notar como um insumo utilizado nas plantações tem sido destaque na imprensa nacional: os defensivos agrícolas, ou agrotóxicos, como se popularizou. A pauta sobre os defensivos conquistou o horário nobre, como o Jornal Nacional, da TV Globo, páginas de jornais e revistas e muitos *bytes* na internet.

Mas, o que chama a atenção são três distorções na cobertura jornalística acerca dos defensivos agrícolas: a) a falta de rigor no levantamento dos dados e na apuração fatos; b) a não orientação pelo conhecimento científico sobre o tema; e c) a falta de isenção na abordagem, ocultando diferentes ângulos do assunto e não oferecendo a palavra às partes interessadas. Não é difícil constatar, na imensa maioria das reportagens sobre a relação alimentos-agrotóxicos, a falta de observância desses princípios que deveriam nortear a cobertura jornalística.

Um dos aspectos que explica a imprensa nacional exacerbar os "riscos" dos agrotóxicos foi ter se acentuado, nos últimos anos, uma visão distorcida: por um lado, é contrária ao universo da Química e, por outro, supervaloriza o que parece "natural". Jornalistas que transferem para sua reportagem esta visão não tiveram acesso ao texto da UNESCO, órgão da ONU para Educação, Ciência e Cultura, que declarou 2011 como Ano Internacional da Química: "Todos os processos da natureza são originados por reações químicas, que constituem a base para a produção de alimentos, medicamentos, combustíveis, metais e inúmeros outros produtos. A ciência da Química tem contribuição essencial no progresso econômico e na promoção de um meio ambiente cada vez mais saudável".

O número de reportagens e o "interesse" de repórteres, blogueiros e ativistas de redes sociais pela pauta dos agrotóxicos poderiam ser explicados pelo "risco" que os produtos pudessem oferecer. Ocorre que este risco é desmistificado por Jerry Cooper e Hans Dobson, autores do estudo "The benefits of pesticides to mankind and the environment" (Natural Resources Institute – University of Greenwich), em que classificam trinta principais fatores de riscos à saúde de pessoas, com base em ocorrências de hospitais nos Estados Unidos.

Embora apurados em 1990, nada sugere mudanças significativas nos números. Entre os trinta fatores de risco, o estudo classifica os defensivos agrícolas em 28º lugar; os conservantes de alimentos, em 27º; os eletrodomésticos, em 15º; e o fumo e o álcool ficaram em primeiro e segundo lugar, respectivamente. Ou seja, as pessoas correm risco maior por um acidente caseiro com o liquidificador ou por apreciarem um bom vinho do que na lida com agrotóxicos na lavoura ou pelo consumo de alimentos cultivados com este produto. ■

DIÁRIO DE BORDO

BOA INICIATIVA DA ANVISA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A COMPETITIVIDADE do agronegócio brasileiro já é superconhecida interna e externamente, e os números das exportações do setor são a mais candente prova dessa condição.

Por trás desta importante inserção internacional, vários fatores alinham-se, mas nenhum é tão relevante quanto a adoção de inovações. As tecnologias desenvolvidas por nossos cientistas nas mais diferentes instituições de pesquisa, universidades e empresas privadas e sua assunção pelos produtores rurais são, sem dúvida, a principal força motriz de nossas vantagens comparativas. Desde novas variedades e técnicas de cultivo até modernização de gestão, temos avançado significativamente. E regulamentar estes avanços é essencial.

Esteve em andamento, até recentemente, uma consulta pública liderada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com o objetivo de atualizar os atos reguladores federais que cuidam de defensivos agrícolas.



Trata-se de iniciativa meritória e da maior importância. Um país tropical como o nosso é bastante dependente de defensivos adequados, muitas vezes aplicados intensamente, e a sustentabilidade deste trabalho é indispensável, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também sob a ótica comercial, inclusive tendo em vista o mercado internacional. O nível de exigência sanitária dos consumidores do mundo todo vem crescendo, de modo que é fundamental trabalhar com insumos garantidores da produção, da produtividade e da renda dos agricultores, preservando cada vez mais os recursos naturais.

Por isso, essa atualização é necessária. Periodicamente ela deve ser realizada, tanto para alinhar os nossos padrões de exigência com os dos nossos concorrentes que executam uma agricultura desenvolvida, quanto para garantir, com isso, níveis de qualidade e segurança dos alimentos iguais ou melhores do que os de nossos competidores de qualquer região do Planeta. Só com regulamentação moderna e atualizada poderemos oferecer aos consumidores brasileiros e de fora a garantia de alimentos seguros.

Para tudo isso funcionar a contento, pelo menos três itens são essenciais. O primeiro é a avaliação de risco de cada novo insumo desenvolvido pela indústria setorial. Esse tema deve ser prioritário sobre qualquer outro procedimento, porque dará, por um lado, a certeza da aplicação correta dos defensivos agrícolas e, por outro lado, a segurança de que os alimentos produzidos estejam em linha com os padrões internacionalmente aceitos.

O segundo item é a aplicação dos requisitos do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS, na sigla mundial), com o objetivo de manter o Brasil alinhado ao cenário global. Em outras palavras, temos que modernizar nossos regulamentos sem fugir das regras universalmente aceitas.

E, por último, precisamos licenciar mais rapidamente as novas moléculas produzidas pela indústria de defensivos. Uma aprovação dessas chega a demorar mais de cinco anos aqui no Brasil, de modo que, quando a nova molécula é licenciada, já perdeu até mesmo parte de sua atualidade. Excesso de burocracia.

Isso afasta investimentos de pesquisa desse importante setor, do qual pode depender o sucesso de uma safra inteira. O exemplo da falta de defensivos licenciados para o combate à *Helicoverpa armigera* ainda é bem recente e assustador. ■

PRODUZIR

UM NOVO DESAFIO PARA A ATIVIDADE RURAL

FRANCISCO VILA
Diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

NA FABRICAÇÃO de bens sofisticados, como máquinas ou automóveis, os modelos de negócio migraram da empresa para a otimização da cadeia de valor. Por meio de programas de padronização, a articulação entre as empresas favoreceu o aumento dos preços em base inferior ao avanço da qualidade de mercadorias multifuncionais. A combinação de consumidores exigentes com o progresso tecnológico permite prever que, em pouco tempo, as cadeias produtivas de alimentos também seguirão o caminho de maior articulação entre seus diversos elos.

No panorama do agro brasileiro, entretanto, encontra-se um conjunto de atores com perfis organizacionais bem distintos. De um lado, há milhares de indústrias de insumos e de transformação, com padrões tecnológicos e gerenciais avançados; de outro lado, 5 milhões de proprietários rurais de pequeno, médio e grande portes. Porém, para o consumidor, pouco interessa a origem dos alimentos, desde que sanidade, qualidade e preços acessíveis sejam garantidos pelo varejo, que é a interface entre a produção e o consumidor.

Com a variedade de alimentos nas prateleiras do supermercado, é o varejo, juntamente com as indústrias de transformação, que define as características dos produtos que atendem a variada demanda. Assim, não basta pedir ao pecuarista uma carne de qualidade, pois este conceito é múltiplo, de acordo com a região, a época do ano, a finalidade do uso e o poder de compra do consumidor. Além disso, cada tipo de carne exige um determinado animal, alimentado de determinada forma e, naturalmente, com custos distintos conforme o sistema produtivo.

Dentro do conceito de "produção puxada", cada fazenda precisa optar por um padrão específico de qualidade e estruturar seu sistema produtivo para conseguir fornecer um animal na época prevista e em números previamente acordados dentro de programas de fidelidade com seu cliente – no caso, o frigorífico. Assim funciona o relacionamento entre a indústria de peças e as montadoras, e assim o será, em poucos anos, a prática corrente nos segmentos de hortifrúti e carnes.

A nova realidade da cadeia de valor obriga o produtor a definir sua especialização dentro de um modelo de negócios de parceria com os elos antes e depois da porteira. Não existe uma fórmula única de sucesso, mas sim a necessidade de desenhar um sistema produtivo que otimize as características individuais do produtor perante as oportunidades do mercado. Essa visão holística da atividade é chamada de posicionamento estratégico.

Contudo, não é apenas a visão da cadeia de valor que exige um posicionamento mais claro. A condução da sucessão familiar, tanto no tocante ao legado, como na preservação patrimonial, influenciará as escolhas estratégicas da expansão, da tecnificação e do risco. Outro posicionamento, de natureza mais filosófica, define a modelagem do negócio no contexto das megatendências tecnológicas, comerciais e sociais, em que entram vertentes como governança empresarial, transparência fiscal e a crescente concentração no campo. Novos tempos requerem novas respostas, e o posicionamento estratégico é a primeira etapa nessa caminhada. ■



OPINIÃO

REGULARIZAR PARA PRESERVAR

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

EM 6 de maio de 2016 termina o prazo para que os donos de propriedades rurais adiram ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ele é o primeiro passo para a regularização definitiva das terras sobre o aspecto ambiental, superando uma antiga e grave insegurança jurídica.

É a chance de equilibrar o objetivo de produção de alimentos para o mundo com a proteção dos hábitats naturais em áreas florestais sensíveis. O CAR ajudará a suprir a falta de ferramentas de monitoramento e mecanismos de conformidade. Isso faltava, e essa falta frustrava-nos no cumprimento de nosso Código Florestal.

Após o novo Código Florestal, o CAR é exigência para o Brasil. Ele trará informações espaciais, como o uso e a cobertura da terra, e definirá as bases para uma recomposição ambiental. Será esclarecedor sobre topografia e hidrologia, auxiliando no planejamento de melhorias de infraestrutura.



Os agricultores têm oportunidade e condições favoráveis, especialmente as menores propriedades, para sanar antigas exigências ambientais que, em muitos casos, já se transformaram em pesadas multas. Quem não fizer o CAR não poderá ter acesso a financiamento e benefícios fiscais.

Topografia, composição do solo e outros fatores importantes de estudo também estarão presentes nos mapas do CAR. São informações que poderão ser usadas para monitorar o cumprimento de nosso Código Florestal por parte dos produtores. Trata-se de um cadastro que identifica os locais de produção e as áreas de biodiversidade para podermos planejar melhor.

Isso significa ganhos econômicos. A regularização ambiental da propriedade impede que o proprietário tenha obstáculo para obter créditos ou financiamentos por conta de restrições ambientais ou irregularidades.

Além disso, estar sintonizado com o meio ambiente permite que o produtor não tenha restrição para vender seu produto. Cada vez mais, o comprador passará a exigir que a propriedade esteja com sua regularidade ambiental em dia.

Um caminho é inserir-se no Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme a Lei nº 12.651/12. Em cada estado, os produtores terão algumas adequações, mas o objetivo final é o mesmo em todo o território brasileiro: continuar produzindo com respeito ao meio ambiente.

Fazendo uma analogia, o PRA é para o homem do campo o que o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) representa para as empresas. É uma anistia para a dívida ambiental de quem vive da terra, perdoada desde que se comprometa a ficar regular.

O PRA dá fim a uma polêmica existente há décadas no Brasil motivada pela lei ambiental, que cometia graves injustiças. Ela criminalizava práticas que não poderiam ser criminalizadas. Não pode ser culpado um pequeno agricultor que cria gado e planta roça em uma área que ele sequer sabia ser de preservação permanente.

O governador Alckmin baixou o Decreto nº 61.792/16, que compreende esta situação, estabelecendo tratamento expresso às propriedades abaixo de 4 módulos fiscais, e empoderou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento para fazer esse trabalho.

Ao produzir sendo gentil com o meio ambiente, o homem do campo garante mais renda para sua produção, tranquilidade jurídica e preservação ambiental. É a prova de que o produtor rural é o melhor amigo do meio ambiente. ■

REFLEXÃO

AGRONEGÓCIO: GERENCIAR RISCOS, NÃO INCERTEZAS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Existe o risco que você jamais pode correr
Existe o risco que você jamais
pode deixar de correr.

Peter Drucker

EM OUTUBRO de 2014, Christine Lagarde, diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), advertiu que as economias avançadas enfrentavam um novo período de crescimento medíocre. Antes disso, em novembro de 2013, Lawrence Summers, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, previa uma era de "estagnação secular". Agora, em fevereiro último, Mohamed El-Erian, chefe do Comitê de Desenvolvimento Global de Barack Obama, reforçou o conceito de novo normal, sobre a encruzilhada da economia mundial nos próximos três anos.

No Brasil, de acordo com o ex-deputado mineiro Paulo Delgado, "as instituições vivem sentimentos de inércia e emergência, no sentido de resolver as coisas improvisadamente". É o caso, por exemplo, da decisão dos estados taxarem a exportação de produtos do agronegócio. Esta medida pode destruir cadeias produtivas vitais para a economia do País, que precisam ganhar mais competitividade na infraestrutura e na logística.

Nesse ambiente, além dos fatores climáticos e sanitários, os produtores brasileiros enfrentam com coragem os riscos de produção, os preços, os créditos e os contratos, junto com as dificuldades logísticas, jurídicas, sanitárias e macroeconômicas. Daí a necessidade constante de margens elevadas para cobrir todos esses custos... Mas, aqui, não é assim.

Entre plantar e colher há um jogo sem regras fixas, em que a volatilidade do câmbio pode ser mortal. Mas, para atender, sem prêmio, as condições que interessam ao mundo, a sustentabilidade é fundamental para a agricultura. Consciente dessa situação, o agronegócio brasileiro é o motor do barco nacional.

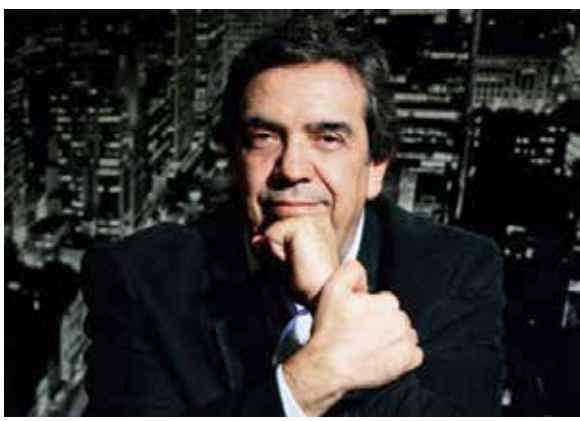
O economista Frank Knight, há quase cem anos, já conceituava que o risco era mensurado pelo grau de probabilidade e que, se assim não fosse, tratava-se de uma incerteza.

Quando as águas da primavera chegam e alertam o cronograma de plantio, o agricultor reinicia o processo do risco da colheita. Hoje, o mesmo ocorre nos plantios das lavouras com mais de um ciclo anual. Ou seja, ao longo do ano, as instabilidades ampliaram-se na sua luta pela renda.

No Brasil, é um tormento quando se olha a volta da zona cinzenta dos atores avessos ao risco. Eles ganham preponderância em comparação com aqueles com predisposição a buscar o sucesso, por suas raízes de coragem e fé. E isso é profundamente injusto.

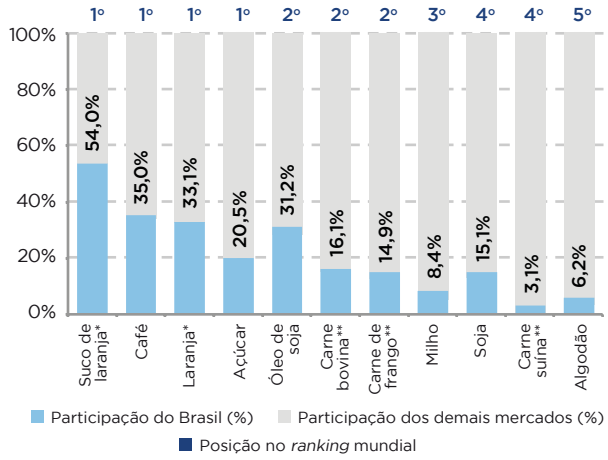
Se viver é correr riscos, as brumas que chegam aos campos tropicais do Brasil geram um grau de incerteza insuportável. Planta-se sem saber dos juros e do câmbio. Existe, ainda, o tamanho dos subsídios dos produtores estrangeiros, das estradas e de seus buracos. Na política do populismo, junto com outras ideologias fora da realidade, os impostos crescem como a massa com fermento.

Hoje, carregar a balança comercial não é um fardo; é um fato! Logo pela manhã, o agricultor lê, vê e ouve as notícias e vai trabalhar nas lavouras. Sem saber, leva no peito a fitinha verde e amarela, a mesma carregada pelos primeiros alunos nas escolas públicas sensacionais de cinquenta anos atrás. Isso é o agronegócio, criticado sem conhecimento ou surpreendido por Decretos que lhe imputam custos. É muito grande a responsabilidade da sociedade brasileira com o compromisso de suprir crédito, seguro e tecnologia de modo a minimizar o risco da gestão e maximizar a imunidade quanto às incertezas do produtor. ■



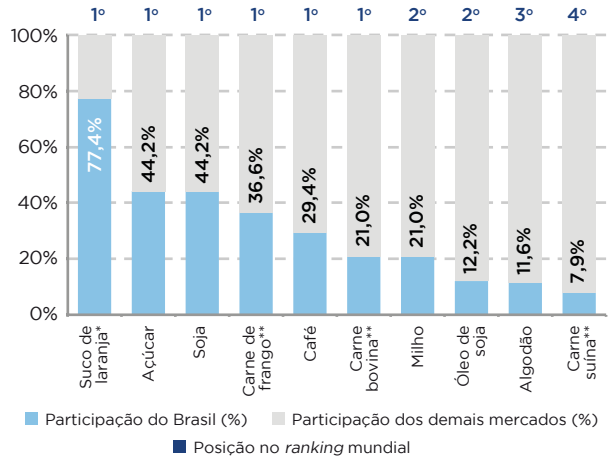
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



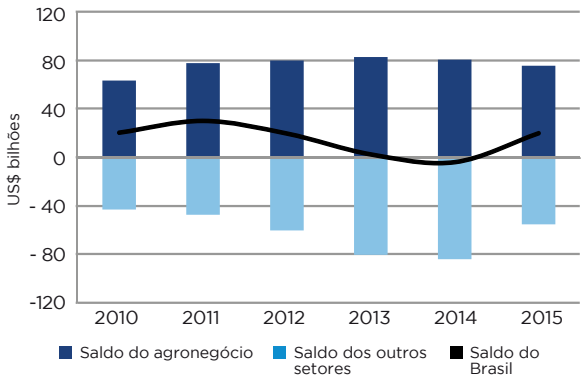
* 2013/14; ** 2015
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



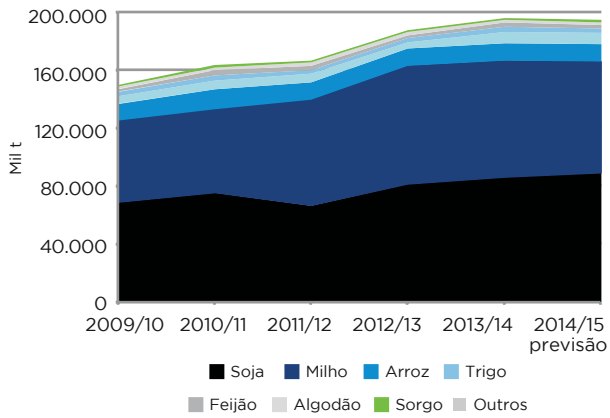
* 2013/14; ** 2015
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



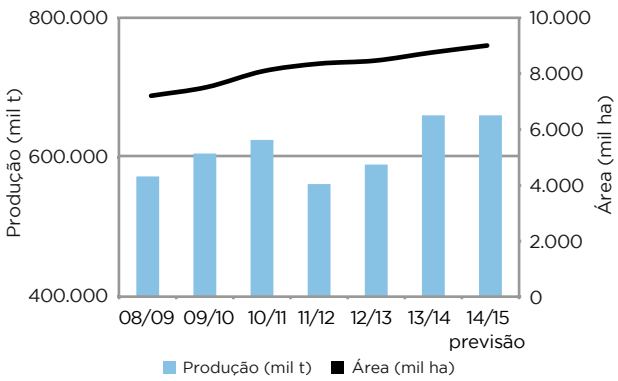
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



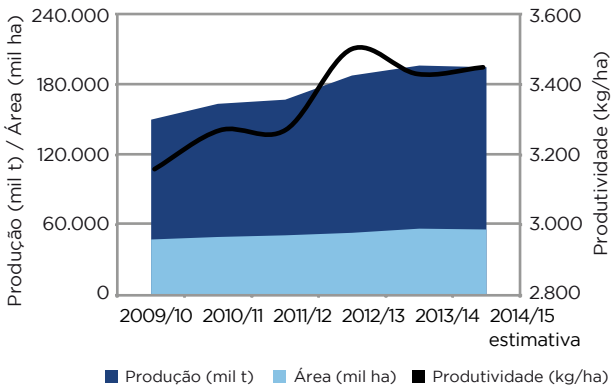
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab